



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 14

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputados Rogério Veiros (substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça) e Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Aberta a sessão, após a chamada do Srs. Deputados, iniciou-se o debate do **[Projeto de Resolução n.º 8/X](#) - Cria a Comissão Eventual para a Revisão do Sistema Eleitoral da Região**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Participaram no debate os Srs. Deputado Humberto Melo (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Em seguida, esteve presente a [Petição n.º 15/2012](#) - **Pelo fim de subsídios públicos à tauromaquia nos Açores**, apresentada por Cassilda Pascoal, na qualidade de primeira subscritora;

Feita a leitura do relatório pelo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Deputado Domingos Cunha, proferiram intervenções os Srs. Deputados Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 9/X](#) – **Recomenda ao Governo Regional que realize os procedimentos necessários para que as obras de ampliação e modernização do Porto da Casa se possam iniciar na atual legislatura**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e ainda do Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (*Vítor Fraga*).

Findo o debate, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Sobre a [Petição n.º 4/2012](#) - **Ampliação do cais do Porto da Casa na Ilha do Corvo**, apresentada por Joaquim do Rosário Ferreira, na qualidade de primeiro subscritor, foi apresentado, pelo Relator da Comissão Economia, o Sr. Deputado José Ávila (*PS*), o respetivo relatório seguido das intervenções dos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*), Iasalde Nunes (*PS*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Após a justificação do **pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão sobre o** [Projeto de Resolução n.º 18/X](#) - **Criação do Canal Parlamento/Açores**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, e das intervenções dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e Pedro Moura (*PS*), o mesmo foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Seguiu-se mais um **pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X](#) - Medidas complementares ao subsídio de desemprego**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção da Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*) para justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi novamente rejeitado por maioria. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Sobre o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do [Projeto de Resolução](#) – “Bolsas de investigação científica”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda”, também rejeitado por maioria aquando da votação, usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), para justificar a urgência e dispensa de exame em Comissão, seguida das intervenções dos Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Catarina Furtado (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Catarina Furtado (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Ventura (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Usou da palavra para uma interpelação à Mesa a Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*) e para um protesto o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Seguiu-se a aprovação por unanimidade dos seguintes pontos:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 21/X – “Aplicação da redução fiscal consagrada constitucional e legalmente à Região Autónoma dos Açores à sobretaxa em sede de IRS”**, apresentado pelos grupos e representações parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM;

- **[Projeto de Resolução n.º 21/X](#) – “Aplicação da redução fiscal consagrada constitucional e legalmente à Região Autónoma dos Açores à sobretaxa em**

sede de IRS”, apresentado pelos grupos e representações parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM;

- Proposta de Resolução n.º 1/X - Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013 – apresentada pela mesa da ALRAA;

- Pedido de autorização para o Sr. Deputado José António Vieira da Silva Contente prestar depoimento, no âmbito da auditoria realizada à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos;

- Pedido de autorização para a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento, no âmbito da Ação de Processo Sumário n.º 3287/11.0TBPDL, que corre termos junto do 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Por fim, foi aprovada por maioria a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 43 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lara Fernandes **Martinho**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Iniciamos o nosso dia de trabalhos com o ponto 10 da agenda da reunião
“**Projeto de Resolução n.º 8/X - Cria a Comissão Eventual para a Revisão**”

do Sistema Eleitoral da Região - apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD”.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD)**: Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma motivação de que não existiam argumentos políticos, nem fundamento na nossa realidade social que justificasse qualquer aumento do número de Deputados, foi aprovada a VI Alteração à Lei Eleitoral, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Lei Orgânica 2/2012, de 14 de junho.

Essa alteração que fixou em 57 o limite máximo dos Deputados que compõem a nossa Assembleia, impedindo o seu crescimento circunstancial, no caso 7, face ao número de inscritos nos cadernos eleitorais, caducou com a Sessão Constitutiva desta X Legislatura, conforme dispõe o artº. 3º. da citada Lei Orgânica.

Por outro lado, a atual composição numérica do nosso Parlamento não recolhe da sociedade açoriana o desejável beneplácito, antes é considerado exagerada face à nossa realidade e mesmo num quadro de referências comparativas.

Na ótica do PSD a Assembleia Legislativa pode e deve funcionar com menos Deputados, o que sem a perda da eficácia na atividade parlamentar, seria um bom exemplo de contenção, concertação, razoabilidade da classe política aos olhos do povo.

Numa altura de profunda crise e em que se vivem grandes dificuldades, seria a hora certa para dar esse passo.

A ponderação e o bom senso assim o exigem e a nossa responsabilidade política também nos impele.

Estão, pois, conjugadas as razões legais e políticas para que se faça uma revisão mais estrutural e profunda do nosso sistema eleitoral.

Foi nessa perspetiva que propusemos a criação de uma Comissão Eventual para a Revisão da Lei Eleitoral, definindo objeto, composição e metodologia de

funcionamento e estabelecendo também um prazo, cumprindo o que dispõe o Regimento da Assembleia, nomeadamente no seu artigo 43º.

A opção por uma Comissão Eventual e não o recurso à comissão parlamentar, em razão da matéria tem, desde logo, como primeira justificação, a garantia da participação ativa e efetiva de todos os partidos com assento parlamentar.

Importa ainda relevar que esse instrumento regimental tem frequentemente sido utilizado pela Assembleia, sobretudo quando se trata de matérias estruturantes do nosso quadro autonómico e que tão bons resultados têm conduzido, o que nos estimula à recolha de bons ensinamentos e das boas experiências anteriores. Para a revisão do sistema eleitoral propomo-nos procurar soluções que assegurem o cumprimento de quatro linhas de orientação: efetiva diminuição do número de Deputados; garantia da diversidade partidária, melhoraria da proporcionalidade do atual sistema e reforço da realidade de ilha, conceito fundador do regime autonómico.

Em síntese, o PSD deseja uma revisão que garanta a pluralidade democrática e a proporcionalidade, num quadro de amplo e alargado consenso e sem qualquer preconceito, à partida.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Nem sequer fazemos finca-pé no modelo regimental que sugerimos, estando dispostos a encontrar e a aceitar outros que porventura se julguem melhores ou mais adequados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma coisa é certa: se nada for feito nas próximas eleições regionais teremos novamente o aumento do número de Deputados, tanto por via da atual Lei do Recenseamento e quiçá pelo acréscimo mais acelerado de eleitores da ilha de S. Miguel.

Para obstar que o problema se repita e para que a solução não seja tomada novamente à última da hora era lógico e sensato aproveitar a primeira metade desta legislatura para trabalhar com serenidade, tempo e maturidade esta matéria.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos por isso empenhados em concretizar uma Revisão da Lei Eleitoral sempre na mais ampla e plural reflexão, incluindo a sociedade civil, ou seja, tendo por base o acordo da Região.

Na apresentação pública da nossa proposta o Presidente do PSD Açores, Duarte Freitas, afirmou que pretende manter a diversidade partidária atualmente existente no Parlamento.

Se porventura subsistiu alguma reserva por parte dos partidos mais pequenos à nossa proposta, ela não tem razão de ser.

A disponibilidade do PSD é para procurar soluções que conduzam a uma efetiva redução no número de Deputados e não no número de partidos, com assento parlamentar.

Na defesa dos interesses da autonomia o PSD está pronto para trabalhar na revisão da Lei Eleitoral.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A atual Lei Eleitoral, em nossa opinião, tem funcionado bem.

É graças a ela, à atual Lei Eleitoral, que este Parlamento tem a riqueza e a pluralidade que podemos observar nesta câmara e que se traduz num enriquecimento e num benefício para a democracia.

Pode ser melhorada? É evidente que pode. Todas as leis podem e devem ser melhoradas.

A questão é que o enfoque aqui é feito exclusivamente na diminuição do número de Deputados e na nossa opinião, a questão não é o número de Deputados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é por aí!

O Orador: Devemos ter cuidado ao abordar com alguns facilitismos esta questão e ir ao encontro de algumas posições que foram tomadas principalmente antes da campanha eleitoral, fruto da demagogia e do populismo de alguns políticos, posições essas que acabaram por funcionar como ataques às instituições democráticas, enfraquecem a democracia e assim enfraquecem o próprio povo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Esta Assembleia tem demonstrado que o problema não é o número de Deputados, por exemplo se compararmos com a Assembleia da Madeira, como ainda ontem aqui foi referido, com menos dez Deputados, com apenas duas ilhas e com um orçamento superior ao nosso em cerca de sete milhões de euros.

Outra coisa é o problema existente ao nível dos cadernos eleitorais e que criou essa questão, ou falsa questão, do número dos Deputados.

Alguns desses cadernos eleitorais estão desatualizados, outros, por via dos nossos emigrantes, não traduzem a população efetivamente residente nos Açores, mas traduz sim, aquela que efetivamente pode votar.

Mas são questões que eventualmente poderão ser resolvidas ao nível ou em sede de recenseamento e não ao nível da alteração de uma Lei Eleitoral, que nos parece ter funcionado bem.

Refira-se também que a nossa Assembleia e quando a preocupação é também racionalizar ao máximo o trabalho, tem uma comissão especializada permanente, específica nesta matéria, onde de resto o PPM apresentou a sua proposta de alteração da Lei Eleitoral, a qual falámos ontem aqui no Plenário.

Dirão alguns colegas e Srs. Deputados que na Comissão não estão todas as forças políticas, só quatro partidos. Mas à semelhança do que aconteceu na análise da Anteproposta de Lei de Revisão Eleitoral do PPM, que discutimos

ainda ontem e há dias na Comissão, se uma proposta desse âmbito da Revisão da Lei Eleitoral, for trazida até à CAPAT, as demais forças políticas serão chamadas à comissão e terão oportunidade de apresentar as suas propostas que como é habitual serão ouvidas detalhadamente.

Esta questão da Revisão da Lei Eleitoral é uma questão importante que merece um alargado consenso e que na nossa opinião deve ser efetuada essencialmente com muito bom senso e poucos facilitismos.

Disse há pouco o Sr. Deputado Humberto Melo, que “a atual orgânica de Deputados, o número de Deputados não recolhe o desejável beneplácito da população”.

Será que recolhe? Será que não recolhe?

Muitas das manifestações que ouvimos escritas, que aparecem nas redes sociais, nos jornais, etc, foram posições inflamadas em tempo de campanha eleitoral e muitas vezes influenciadas por alguns partidos que perigosamente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... decidiram atacar o número de Deputados existentes na Assembleia Regional, não se preocupando minimamente com o trabalho que é feito por esses Deputados, esse sim, tem que ser um trabalho muito mais próximo da população. É aí que se credibiliza o trabalho do parlamento, que se credibiliza o trabalho dos Deputados, com uma maior proximidade da população.

O PSD refere também na sua proposta que seja uma pluralidade democrática e que mantenha a diversidade democrática, que os partidos pequenos não se assustem. Não se trata de uma questão das pessoas se assustarem ou não. Trata-se de uma questão de que o que estão a propor “manutenção da pluralidade e da diversidade” é exatamente o que esta lei em vigor, e que já foi testada duas vezes, confere.

Portanto, em nossa opinião, a atual lei serve, a atual lei é boa. Pode eventualmente ser melhorada, através de um largo consenso e deverá ser feita, não através de uma Comissão Eventual, mas através da comissão específica para estes casos e que existe a nível permanente no Parlamento açoriano.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, quando tive oportunidade de falar com alguns dirigentes do meu partido, o que me disseram ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Vamos ter em consideração este tempo.

Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: ... foi: por que é que o PPM que tem muito menos responsabilidade neste âmbito, na medida em que esta lei tem que ser aprovada em duas câmaras, quer aqui, quer na Assembleia da República, por dois terços, o que exige que o PSD e o PS estejam de acordo, no mínimo. Eles somam dois terços, nas duas câmaras, temos duas maiorias diferentes, temos uma maioria do PS aqui e temos uma maioria do PSD/CDS, na Assembleia da República.

Portanto há aqui um entendimento absolutamente necessário. Não se faz esta reforma, com pelo menos a participação de três partidos que são decisivos neste âmbito, que é o CDS, o PSD e o PS.

Essa é a responsabilidade maior. A responsabilidade maior em relação à alteração da lei, porque estes partidos é que a viabiliza. Nós participamos, mas não somos decisivos, tendo em conta a nossa presença nas instituições.

Há pouco estavam aqui a dizer: esta lei funciona otimamente! Funciona tão otimamente que nós vamos eleger daqui a três anos e meio, 64 Deputados para esta casa, no mínimo. O que é provável é que se continuar a aumentar o número de recenseados, vamos eleger 68 ou 69 Deputados. Esta é a brilhante conclusão. Os senhores estão a brincar com o fogo e com uma enorme responsabilidade. O PPM é um pequeno partido, mas tem responsabilidade.

Este processo é complexo e exige uma maioria qualificada e é necessário que as posições se comecem a aproximar desde já. Não brinquem com o fogo.

Eu estarei aqui para responsabilizar o PS em relação a esta matéria se esta lei não for alterada e se existir o aumento do número de Deputados, completamente injustificado.

Quero dizer-vos isto, muito frontalmente. A questão política é esta: temos que alterar a lei. Alguém aqui diz “não é necessário”. Não é necessário, como? Como é que não é necessário se estamos a eleger 64 e daqui a três anos estamos a eleger 68 ou 69 Deputados? Como é que não é necessário alterar esta lei?

É preciso fazê-lo, e já. É preciso que quem fala noutros contributos não esteja a perder tempo e a enganar os açorianos.

Há seis ou sete meses atrás, eu, o PPM, apresentei uma proposta antes das eleições e apresentei outra proposta depois das eleições.

Não foi para a campanha e agora não estamos em campanha eleitoral.

Portanto, estou absolutamente de consciência tranquila em relação a esta questão.

Há seis meses atrás, se eu não tenho apresentado a proposta de alteração, teríamos agora neste parlamento 64 Deputados. Não tenham a menor dúvida em relação a esta questão.

Portanto estou de consciência tranquila, apresentei essa alteração e na altura já diziam: vamos tratar dos cadernos eleitorais.

Ao fim de um ano, onde estão as propostas de alteração dos cadernos eleitorais? Onde é que elas estão?

Falam em alteração, vamos alterar o processo de recenseamento. Onde é que isso está, ao fim de um ano?

Se o PPM não tivesse apresentado a proposta tínhamos 64 Deputados. O PPM tomou outra vez a iniciativa de alterar esta legislação, porque esta legislação provoca que em 2016 vão eleger-se 68 Deputados.

O PS, nesta matéria, tem especiais responsabilidades. É preciso que se diga.

Eu estarei aqui para vos chamar a atenção em relação a esta questão e de vos imputar a responsabilidade política, se os senhores têm, se não mexerem neste assunto. Não é deixar o assunto andar, é preciso resolvê-lo e enfrentá-lo já.

Para já esta é a primeira intervenção.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires queria informar esta Assembleia que está nas galerias uma comitiva que nos visita de Carnide. Integra esta comitiva o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carnide.

Saúdo-vos a todos, em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que nos traz aqui o PSD vem na sequência, no essencial, do cumprimento de uma promessa eleitoral do PSD.

Percebo essa perspectiva do cumprimento de uma promessa eleitoral, ...

Deputado Berto Messias (PS): A promessa eleitoral não era bem esta!

O Orador: ... agora os pressupostos que estão associados à criação de uma Comissão para a Revisão da Lei Eleitoral, parece-me que não estão bem fundamentados, aliás, está por saber, efetivamente, se a maioria do povo açoriano concorda ou não com a composição desta Assembleia e com esta Lei Eleitoral.

Portanto, Sr. Deputado Humberto Melo, considero que é abusivo dizer que a maioria do povo açoriano exige ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Vai ser preciso fazer um referendo!

O Orador: Foi sim Sr. Deputado! Foi sim!

... que haja uma diminuição do número de Deputados nesta câmara.

Está de facto provado que a anterior Legislatura demonstrou claramente que o funcionamento desta câmara, não só pela introdução que houve no número de

partidos aqui representados, e até pela dimensão, mas também associado a novas competências que com a entrada em vigor da Revisão do Estatuto, o trabalho desta Assembleia, de facto, é hoje um trabalho diferente daquele que era aqui há alguns anos, designadamente antes da última Revisão do Estatuto, designadamente antes desta Assembleia ter, digamos, esta composição que hoje tem, plural e que de facto enriqueceu a vida democrática na RAA.

Todos estamos lembrados que na Legislatura de 2004/2008, onde apenas três forças políticas estavam representadas, que de facto era uma Assembleia em que havia por vezes até dificuldade em fazer a agenda, porque os partidos aqui representados tinham dificuldade, começavam a trabalhar na terça-feira à tarde, e na quinta-feira já era um problema porque não havia agenda.

Aliás todos estamos lembrados do início da Legislatura de 2004, onde nos primeiros plenários isso aconteceu. Aconteceu porquê? Porque estavam aqui representados três partidos, PS, PSD e CDS/PP que no essencial têm a mesma perspetiva sobre o modelo de desenvolvimento e de construção de uma sociedade.

Portanto o coro era muito afinadinho e a cor era cinzenta, era uma Assembleia cinzenta, coisa que hoje não se verifica.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Era mais garrida!

Deputado Costa Pereira (PSD): Presunção e água benta...

O Orador: Depois, há de facto aqui alguns Deputados a mais, mas eventualmente estarão no Grupo Parlamentar do PSD, que tem de facto demasiados Deputados para o tipo de trabalho que produz. Mas isso é um problema que os eleitores têm que resolver. Os eleitores é que têm que olhar para esta Assembleia e ver, de facto, se há necessidade de encontrar aqui outros equilíbrios.

Têm Vs. Exas. muitos Deputados relativamente ao trabalho que produzem e tem o PS muitos Deputados, mas isso é ao povo açoriano que cabe fazer a correção. Não é por essa via que se consegue.

Deputado Costa Pereira (PSD): Tenha vergonha de dizer uma coisa dessas!

Deputado João Costa (PSD): A esquerda no alto da sua arrogância!

O Orador: Estão incomodados? Eu tenho razão não é? Eu tenho razão.

De facto há aqui Representações e Grupos Parlamentares de pequena dimensão que têm uma produção de trabalho muito superior à dos 20 Deputados do PSD. Esse é que é o grande problema. Isso é que vos incomoda. Isso é que vos motiva. É esse tipo de situação que o povo açoriano tem que perceber: que o Grupo Parlamentar do PSD tem Deputados a mais, assim como o PS tem Deputados a mais porque tem uma maioria que abafa os trabalhos desta Assembleia e que a domina.

Deputado João Costa (PSD): O senhor gostava era de um parlamento só de uma cor!

(Apartes inaudíveis do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão está nervoso porque ontem teve de retirar o fatinho que lhe tinham construído, que V. Exa. encomendou ao gabinete de alta-costura?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Estou nervoso por causa da sua intervenção!

O Orador: Sr. Deputado santa paciência aclame-se porque eu sei que o senhor tem pretensões a ser um herdeiro do zandinga e tem esse espírito de adivinhação.

O senhor não sabe quais vão ser as evoluções demográficas até ao fim desta legislatura.

Não sabe qual vai ser a evolução demográfica. Há um trabalho que é necessário fazer pela Comissão Nacional de Eleições que não está feito e que é fundamental que seja feito para que os cadernos eleitorais sejam rigorosos e correspondam efetivamente àquilo que são residentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a sua proposta?

O Orador: Oh Sr. Deputado a minha proposta é a manutenção desta Lei Eleitoral e havendo necessidade de introduzir alguma correção, ela será de certeza efetuada.

Agora, esta Lei Eleitoral já demonstrou que é mais adequada não só para garantir a representatividade de ilha, como para garantir a proporcionalidade e sobretudo para garantir a pluralidade democrática deste Parlamento.

A Representação Parlamentar do PCP irá votar contra o projeto de Resolução apresentado pelo PSD.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Prescindo.

Presidente: Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta proposta do PSD não vemos, em princípio, mal nenhum que ela seja feita e até a saudamos.

Agora parecia-me que o PSD devia ter apresentado uma proposta mais estruturada, mais fundamentada, mais especificada e que pudéssemos perceber melhor qual era a intenção, que não seja a que apenas se percebe aqui, da redução do número de Deputados.

É preciso nestes tempos, os partidos que têm responsabilidade terem duas preocupações.

Primeira, não abalizar o Parlamento, não abalizar o trabalho parlamentar, não atacar o primeiro órgão da autonomia, como se fosse este primeiro órgão, o órgão mais despesista da administração regional. É fácil para o povo vender este tipo de proposta.

Nós, já no passado, por duas vezes, e já há muito tempo, fizemos propostas de redução, nomeadamente de despesa, que presumo que é o que interessa, de representatividade e não de pluralidade nesta casa que é sempre salutar.

O CDS orgulha-se de ter votado juntamente com o PS esta Lei Eleitoral que está em vigor e que pelos vistos funcionou.

Vejamos um número que me parece interessante. No orçamento desta casa em 2007, ou seja, antes deste novo sistema eleitoral, era cerca de 10 milhões e duzentos mil euros. O orçamento atual desta casa é de 10 milhões, quatrocentos mil euros, ou seja, é o mesmo. Qual foi o aumento de despesa que teve de vir mais cinco Deputados, enriquecendo a pluralidade?

Essa é uma reflexão que temos que fazer.

A proposta, não discordando com ela, é pouco fundamentada, é pouco criteriosa e obviamente deveria ser mais objetiva porque o que se fala é na redução do número de Deputados. Está bem.

Também não podemos cair no risco de ter nos Açores o bipartidarismo, que é um risco sério que se corre. Se é isso também que queremos, lá vamos.

Agora, se quisermos fazer uma proposta e se quisermos estudar isso profundamente, há variadíssimas maneiras de reduzir despesas e esta Casa deu vários exemplos sobre essa matéria.

Comparando com algumas empresas públicas e até com alguns Departamentos do Governo, a coisa é capaz de sair favorável a esta Casa.

De maneira que, pluralidade sim, temos que ter pluralidade nesta Casa, bipartidarismo não e fazer as coisas de modo a servir os interesses para que haja apenas uma alternância entre um e outro não serve a RAA, até pelas suas características.

Mas também é possível neste sistema eleitoral agregar círculos eleitorais, porque há uma ilha que quer aumente quer desça o número de eleitores, terá sempre dois Deputados. Pode ser só o Sr. Deputado Paulo Estêvão residente no Corvo, elege 2 Deputados; se tiver 500 habitantes elege 2 Deputados, porque está na Constituição, que o Corvo tem que eleger 2 Deputados.

Portanto a reforma tem que ser mais profunda, temos que ir à realidade ilha, à realidade das duas ilhas ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que está na Constituição não é isso!

O Orador: Sr. Deputado, no Corvo ter 200 eleitores e ter 600 elege sempre 2, o que não se passa em S. Jorge, o que não se passa na Graciosa, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Passa, passa!

O Orador: ... porque se diminuir o número de eleitores drasticamente, diminui o número de Deputados, porque o sistema ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca menos que dois!

O Orador: Isso Sr. Deputado. Nunca menos que dois. O que quer dizer que quem é beneficiado nesse sistema eleitoral é apenas o Corvo, não só com o aumento, nem com a descida.

Deputado Catarina Moniz Furtado (PS): Não é uma questão de beneficiação, é uma questão de representatividade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vá por aí Sr. Deputado!

O Orador: Oh Sr. Deputado não é ir por aí. É a realidade, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a ir para uma tempestade!

O Orador: Eu não estou contra a história do meu partido, estou a fazer uma análise objetiva das questões.

Nós, nestas matérias devemos ser objetivos.

A história e a análise que o senhor tanto gosta de fazer são objetivas. Se a Terceira perder 5 000 eleitores perde um Deputado.

Estamos disponíveis obviamente para participar nesta Comissão, para dar os nossos contributos como já demos no passado, com a redução de despesa, com o número de Deputados não afetos, nomeadamente 25% de Deputados não afetos nesta casa, que estavam na sua vida e viriam aqui apenas na semana do plenário. Fizemos essa proposta, não foi aprovada.

Portanto, nessa matéria o CDS tem história, nessa matéria o CDS tem propostas, agora a lei travão é sempre possível de existir.

A grande questão é esta: se com o aumento de 5 Deputados, houve um aumento exponencial de despesas? É isso que tem que responder.

Mas também há outra questão que temos que enfrentar e torná-la realidade.

Por exemplo, pergunto, relativamente ao sistema de subvenções que gasta uma parte substancial do orçamento desta casa, se o PSD está disponível para discutir?

É essa pergunta, porque aqui é só redução.

Se o PSD está disponível para haver uma redução e para estudarmos esse sistema de subvenções, reduzir ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não fale muito, porque alguém pode puxar-lhe as orelhas!

Deputado Costa Pereira (PSD): É melhor pôr um travão!

Deputado Luís Garcia (PSD): Travão a fundo!

Presidente: Sr. Deputado faça favor de continuar com a sua intervenção.

O Orador: Eu estava a falar e percebo que provoco algum sururu, mas há uma parte substancial do orçamento desta Casa que eu também perguntava ao PSD se está disponível para discutir, que são as subvenções.

Se está disponível para fazer uma eventual redução do número de subvenções; se está disponível para definir regras sobre quem tem direito a subvenções; Se está disponível para haver aqui algum critério de redução dessas subvenções e serem atribuídas com um critério previamente aprovado?

Há muitas matérias que nós podemos discutir numa eventual revisão da Lei Eleitoral.

Agora redução pura e simples de abalizar a Assembleia e de abalizar o número de Deputados não estamos disponíveis. No entanto estamos disponíveis para novamente apresentar as nossas propostas, novamente trazê-las à discussão, como já foi a redução de Deputados, o número de não afetos, aqueles que estão no seu trabalho e que tem uma grande vantagem: poderia haver uma grande rotatividade de profissões a virem aqui, que não podem vir pela sua profissão, mas que se fossem não afetos poderiam vir aqui apenas uma semana ou dez dias e depois voltavam ao seu trabalho.

Por exemplo quando se discutir a matéria da saúde, trazer aqui especialistas da saúde, de cada partido; quando se discutir a matéria das finanças trazer aqui especialistas das finanças, etc., etc.

Deputado José San-Bento (PS): Mas estamos nós, o PSD tem os seus!

O Orador: Propostas nestas matérias temos várias, por isso concordamos em abstrato que devemos refletir sobre o sistema eleitoral.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota aqui para dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que esta bancada e a do PS, que o senhor também referiu, a do PP, naturalmente a do BE, do PPM e do PCP têm o exato número de Deputados que os açorianos quiseram que tivesse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Dito isto, sem querer fazer disto uma questão política, até porque entendemos que isto é por demais evidente face à lógica da democracia e do regime parlamentar, gostaria só de recentrar, não indo muito mais além do que isso, de que a nossa intenção, a intenção do PSD Açores com a apresentação desta proposta tem a ver com o facto da necessidade de refletirmos sem constrangimentos, de refletirmos sem condicionalismos, sobre a necessidade de repensarmos o nosso sistema eleitoral, naturalmente também imbuído numa lógica de termos de repensar eventualmente o nosso sistema político é algo que deve preocupar todos os partidos com responsabilidade. O PSD Açores também está fazendo-o. Neste caso em termos parlamentares entendemos que era tão simplesmente a melhor maneira de fazermos essa reflexão dentro da nossa Casa.

Deputado Francisco César (PS): E os vencimentos?

O Orador: Nesse aspeto, em todas as matérias que estão aqui em causa e respondendo desde logo também ao Sr. Deputado Artur Lima, nós estamos naturalmente disponíveis para discutir tudo isto inserido numa lógica de abertura e de diálogo para discutir em todas as cambiantes que são necessárias, aquilo que é o nosso parlamento, entendendo naturalmente que há matérias e há alguns vetores que são fundamentais: manter a representatividade, melhorar a

proporcionalidade se for possível, garantir, se possível, reforçar a realidade de ilha, que é muito importante e naturalmente tentar reduzir o número de Deputados.

Isto são as condições prévias que nós entendemos e que achamos que são consensuais.

Deputado José San-Bento (PS): Mas incompatíveis, Sr. Deputado.

O Orador: A partir daí estaremos naturalmente disponíveis para discutir quais são os caminhos, estando também disponíveis para discutir tudo aquilo que seja necessário para melhorar o funcionamento desta Casa, com abertura, sem qualquer problema e tocando e refletindo em todas as matérias que sejam necessárias refletir.

Achámos que a melhor maneira de o fazer era tão simplesmente através da criação de uma comissão eventual.

Isto não é uma matéria para termos aqui uma grande briga política, isto foi um contributo que quisemos dar.

Portanto, não vamos fazer disto uma briga política. Cada um entende expressar quais são as suas posições e os vinte Deputados que o povo açoriano entendeu que o PSD devia ter nesta Legislatura, estão aqui naturalmente neste caso, como nos outros disponíveis para o diálogo a bem desta Casa, da democracia e do regime parlamentar na RAA.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, sem querer retomar a sua proposta de ontem, que teve o seu tempo regimental próprio, é útil para esta discussão e para a economia da mesma, recordar duas coisas.

A sua proposta e o comportamento político que teve ontem, é justo reconhecê-lo, teve dois méritos: a sua proposta tem um mérito, é uma proposta concreta.

V. Exa. cumpriu nessa medida aquilo que nos parece ser o verdadeiro cumprimento do direito de propositura democrática.

É uma proposta clara que aponta para onde quer ir.

Claramente não concordamos com essa solução e explicámos-lhe porquê, mas tinha esse mérito.

O seu comportamento político teve outro mérito. Retirou a proposta.

Mas se retirou a proposta também é seu dever democrático e político agir em conformidade. Não vale a pena vir chorar agora sobre a proposta quando foi V. Exa. que a retirou. Não se esqueça disso.

Srs. Deputados do PSD, Sr. Deputado Humberto Melo, Sr. Deputado Duarte Freitas, se calhar não posso concordar consigo, se calhar vamos ter que chegar à conclusão que a proposta do PSD merece mesmo uma briguinha política. Vou explicar porquê.

A proposta do PSD começa por ter efetivamente este grande defeito: em nosso entender os requisitos fundamentais da verdadeira propositura democrática.

Não é uma proposta concreta, não é uma proposta que aponte um caminho.

Aponta princípios, é certo, e nós concordamos com esses princípios: a representatividade, a pluralidade, a proporcionalidade.

Mas a proposta do PSD coloca todo o enfoque na redução de Deputados a todo e qualquer custo.

Nessa medida é difícil pronunciarmo-nos sobre uma proposta que ela é a primeira a confessar que tem dificuldade em concretizar numa proposta concreta aquilo que são os seus próprios princípios.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ficou então a preocupação, o preconceito, a bandeira o *slogan* da redução de Deputados.

Aqui, Sras. e Srs. Deputados do PSD, tudo isto são sinais de que o PSD afinal, com esta proposta incompleta, parcial, enviesada e envergonhada, tenta fazer de conta que cumpre a sua dívida eleitoral.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas nós não pagamos as dívidas eleitorais do PSD, sobretudo quando a essas dívidas eleitorais, reagindo a um sentimento de profundo divórcio que o PSD Açores sentiu do seu partido a nível nacional, dum profundo divórcio derivado de uma deriva neoliberal que tem posto verdadeiramente em causa os fundamentos do nosso estado social, o PSD nos Açores, infelizmente, irmanado objetivamente com os seus companheiros, deu-lhes a pior resposta. Deu-lhes a resposta dos desesperados políticos, deu-lhes a resposta da demagogia e do populismo, deu-lhes a resposta da redução de Deputados, deu-lhes a resposta da redução de vencimento dos políticos, deu-lhes a resposta da diabolização dos políticos, deu-lhes a resposta da demagogia mais primária e com isso nós não podemos pactuar e nós não pagamos essa dívida do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nós percebemos o trauma, a solidão do PSD e dos seus membros, nós percebemos que os dirigentes do PSD Açores têm medo de sair à rua porque se os apanham a jeito cantam-lhes a “Grândola”. Mas isso é um problema que o PSD vai ter que resolver corrigindo as suas políticas.

Nós mantemos hoje, tal como em 2005, os nossos princípios. Nós vamos por princípios. Nós queremos uma lei Eleitoral, se for possível melhor do que esta, mas que cumpra verdadeira e efetivamente o princípio da representatividade de ilha com base no sistema, casando este princípio de forma real com a proporcionalidade e com a pluralidade.

Olhamos para este Parlamento e o PS sente, espero que o PP também, que esteve junto com o PS na Revisão Eleitoral de 2005, que esses objetivos, ao nível da sua essencialidade, foram cumpridos.

Nós estamos satisfeitos com esses objetivos, gostamos da pluralidade, gostamos do debate, gostamos de uma briguinha política até porque “quem não suporta o cheiro do refogado, não se deve aproximar da cozinha” e nós sentimo-nos muito bem nesta “cozinha da democracia”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção do Deputado Francisco Coelho, eu ainda estive para prescindir da palavra, porque de facto desconstruiu tudo aquilo que está subjacente à proposta do PSD.

No entanto, não posso deixar de dizer o seguinte ao Sr. Deputado Duarte Freitas: efetivamente a representação de cada uma destas forças políticas que está aqui no nosso parlamento, nesta Legislatura, tem a justa dimensão que o povo açoriano lhe quis dar.

Mas também deixe-me que lhe diga o seguinte (a verdade é esta):

Deputado João Costa (PSD): Bem me parecia que havia um “mas”!

O Orador: Num quadro desta Lei Eleitoral o povo açoriano haverá com certeza de fazer as correções que entender, quando começar a olhar e a avaliar o trabalho de cada uma das forças políticas e sobretudo aquilo que estabelece a diferença.

Mas deixe-me dizer-lhe ainda uma outra coisa, Sr. Deputado Duarte Freitas: O PSD, na República, intentou uma reforma do Estado, não conseguiu. Vs. Exas.

vêm aqui tentar fazer uma reformazinha da autonomia com um apoio de um candidato à apêndice da direita neoliberal.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acha isso normal?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado do PCP, que insiste numa adjetivação que acho que envergonha esta Casa ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim!

O Orador: ... eu devo dizer-lhe que é profundamente incorreto e que só o envergonha também a si utilizar esse tipo de expressões.

Nós podemos discutir com racionalidade os assuntos, podemos ter diferenças mas temos o dever de manter a dignidade no discurso ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade que é um candidato a apendência do PSD?

O Orador: ... e de não tentar enxovalhar os adversários adjetivando-os e sendo absolutamente descortês ou de adversários políticos.

Isso é um erro da sua parte e o Sr. Deputado pode insistir nesse registo que eu não lhe vou dar resposta.

Depois eu devo dizer o seguinte: o PS fez uma intervenção, aliás com uma retórica brilhante que temos que reconhecer ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

Mas por detrás dessa retórica há uma vulnerabilidade, é que esta lei que é tão boa, tão boa, tão boa, elege, em 2016, 68 ou 69 Deputados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade! Essa é que é a zandinga!

O Orador: Essa é que é a questão.

Neste momento, com os dados de recenseamento atuais, como o número de Deputados, depende do número de recenseados como o Sr. Deputado bem sabe, estamos a eleger 64.

Portanto detrás desse edifício retórico há uma verdade: 64 Deputados, um aumento de 7 Deputados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Eu digo-lhe Sr. Deputado o seguinte: qual foi a estratégia do PPM? A mesma que utilizámos na anterior legislatura.

Nós provocámos essa discussão. Nós apresentámos uma iniciativa e depois foi possível consensualizar e eu esperava obter o mesmo resultado.

Tentei até ao final do debate obter esse resultado. Despertar as forças políticas para esta necessidade e avançar para um consenso, por isso retirei a minha proposta.

Porque o que seria populista e demagógico era dizer aos açorianos o seguinte: o PPM apresentou uma proposta, nós reduzimos para 41, sabendo perfeitamente que é necessário obter um consenso de dois terços, no sistema político.

Portanto não vale a pena insistir numa proposta que eu verifiquei que estava chumbada.

Retirei porque o Sr. Deputado demonstrou abertura para o diálogo. Demonstrou uma abertura retórica para o diálogo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso para o diálogo é sempre!

O Orador: Bom, nós estamos prontos para dialogar! Mas como é que se faz isso? Mas como é que se faz esse diálogo?

Tem que ser em comissão, vamos ter que discutir propostas, porque se nada for feito temos à partida 64 Deputados. Temos aqui um problema e os senhores até agora não apresentaram uma solução.

Depois dizem-me: vamos mexer no recenseamento.

Bom, o que é que querem retirar? Os jovens, que são automaticamente recenseados. Essa é uma questão. Antes nós não tínhamos. As pessoas tinham que se recensear, agora o recenseamento é automático.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que argumento é esse?

O Orador: Isso é algum problema para os senhores? Não é.

Portanto, em relação à questão do recenseamento, há tanta gente que anda a falar há um ano e meio nessa questão. Vamos resolver por aqui.

O que eu acho é que alguém, alguns partidos, estão a ver se aquela alteração os beneficia (64, vamos ver se isto depois até nos beneficia, se nos dá uma maioria, se nos dá mais um Deputado). É esse tacticismo que está por detrás disto.

A verdade é esta: solução do PS, do PCP e do BE para impedir o aumento de Deputados para 64? Zero, zero.

Essa é a vossa irresponsabilidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só há uma irresponsabilidade aqui, é a sua!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para registar que o PSD vem aqui serenamente naquela de encontrar um caminho para a Revisão do Sistema Eleitoral, com a colaboração de todos.

Portanto, não houve qualquer preconceito, já voltei e volto a replicar que estamos abertos. A solução que propomos de Comissão Eventual é apenas pelo facto de poder envolver diretamente todos os partidos.

Tem sido essa a tradição da Casa. Não é nada inovador, não tem qualquer outra razão e é de espírito aberto.

Portanto, se acham que é outro o caminho, também aceitamos esse outro caminho, mas registem a disponibilidade que os outros partidos não têm, ou pelo menos o PS que aqui é essencial, como referiu o Deputado Paulo Estêvão, para o encontro de uma plataforma que vise a reforma do nosso sistema eleitoral que se vai impor naturalmente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Plataformas é a especialidade!

O Orador: Plataforma, não.

Não são questões financeiras *de per si*.

Portanto não é essa a nossa ótica, não é essa a razão de fundo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me diga que também vão retirar a proposta!

O Orador: Não, não vamos retirar proposta nenhuma.

Como já tive oportunidade de dizer, e volto a dizer, a Assembleia no uso dos seus bens e do seu património, fá-lo de uma forma criteriosa, conforme retratam os pareceres do Tribunal de Contas.

Portanto não é essa a nossa questão.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem cerca de três minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda não é declaração de voto!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu estou a ver ali sentado o Presidente do PS, que está a tentar passar ao lado do debate como se isso não lhe dissesse respeito.

Do ponto de vista institucional diz-lhe respeito, porque a legitimidade do Governo é ganha aqui no parlamento.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Sr. Presidente do Governo Regional tem aqui legitimidade e é através da Lei Eleitoral que é definida a composição que aqui nós temos.

Depois é preciso dizer-lhe: eu alertei aqui o PS para um problema. Nós estamos a eleger 64 Deputados, se tivermos uma urgência política institucional e se tivermos necessidade de realizar eleições daqui a dois ou três meses, vamos eleger 64 Deputados.

Há esta necessidade objetiva e eu o que quero, Sr. Presidente do Governo Regional, é saber qual é a sua opinião sobre este assunto.

Não há nenhuma proposta do PS sobre esta matéria.

Deputado Francisco César (PS): Já falou o suficiente, não se martirize mais!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Faço minhas as palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra?

Tem dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agradeço-lhe, digo-lhe muito obrigado por aquilo que me acabou de dizer.

Agora o que é importante é que os açorianos lhe dissessem: Sr. Presidente do Governo, muito obrigado por não ser irresponsável nesta questão, porque nesta questão o PS não apresentou aqui uma proposta que impeça o aumento do número de Deputados. A questão é esta.

O Sr. Presidente do Governo Regional com a sua atitude, o seu muito obrigado está a balizar o aumento do número de Deputados na Assembleia Legislativa de 57 para 64.

Sr. Presidente do Governo, não muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Foi uma tentativa, mas hoje é sexta-feira de quaresma e o senhor não leva nada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, já que V. Exa. tanto insiste e já que estamos numa, que em princípio é sempre útil, de pagamento de dívidas, permita-me que lhe diga o seguinte: esse “papão” dos 54, dos 68 ou dos 69, conforme o número que V. Exa. melhor preferir ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é um “papão”!

O Orador: É um papão Sr. Deputado. É um papão que será oportunamente tratado.

Aliás o Sr. Deputado se fez o trabalho e leu o relatório da Comissão, vê qual foi a posição do PS sobre isso.

Agora o que o PS não admite é que se violem e se alterem completamente, do pé para a mão, de uma forma absolutamente irresponsável, de uma forma de quem não conhece a história dos Açores e o sentimento dos Açores, aquilo que são os princípios básicos da nossa Lei Eleitoral.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Também não vamos atrás da demagogia fácil nem do populismo do slogan de apenas se reduzir Deputados.

Temos aqui princípios. Reconhecemos que há um problema que advém de razões externas e que tem a ver com o processualismo da fixação do número de Deputados nos Açores.

O PS disse em Comissão e mantém, que a seu tempo se encontrará uma solução técnico-jurídico para isso, como sempre se encontrou.

Portanto, durma V. Exa. descansado, Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque não haverá em 2016, naquilo que depender do PS, mais do que 57 Deputados.

Essa garantia acho que lhe posso dar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Conheço bem a história dos Açores, aliás, é a minha profissão. Eu sou de história. Conheço bem a história dos Açores, Sr. Deputado, e conheço bem a

história da autonomia e acredito na história da autonomia. A história da autonomia promoveu a unidade dos açorianos, como nós não tivemos nos séculos anteriores por culpa dos poderes centralistas que dividiram os Açores, sempre em interesses de ilha e interesses de zonas e depois estava consensualizado num processo de distritos, que não tinha nada a ver uns com os outros.

Acredito numa história de 40 anos de autonomia açoriana e por isso propunha um círculo regional, porque acredito na unidade dos açorianos, acredito na unidade de espírito dos açorianos e não acredito em guerrinhas de ilhas.

Deputado Francisco César (PS): Uma coisa não tem nada a ver com a outra!

O Orador: Por isso conheço bem a história dos Açores, o espírito dos Açores. Acredito na nossa unidade, acredito que nós somos capazes de colocar a unidade regional acima dos pequenos interesses de ilha.

Conheço bem a história dos Açores e sei do que é que os açorianos são capazes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor é exatamente o exemplo do contrário que está a afirmar!

O Orador: Em relação a esta questão, como o Sr. Deputado bem disse, eu apresentei uma proposta concreta para resolver a questão.

Até agora detrás da vossa retórica, zero! Não há nenhuma proposta concreta para resolver a questão. Os senhores neste momento afundaram a Região Autónoma, num processo de aumento de Deputados, para 64, que é o que estamos a eleger, que é o que teríamos que eleger daqui a um mês se realizássemos eleições. É tão simples como isso.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD Açores já se demonstrou disponível para discutir e ajudar o Governo em várias situações, inclusivamente para ajudar o Governo a pagar os muitos milhões de dívida da saúde. Nós estamos disponíveis para ajudar o Governo.

Deputado Francisco César (PS): É mau demais para ser verdade!

O Orador: Os senhores dizem que não estão disponíveis para pagar promessas eleitorais do PSD. Não era isso que estava em causa, mas não estão disponíveis. Mesmo assim nós estamos disponíveis para ajudar a resolver os problemas que os senhores criaram aos açorianos.

Neste caso concreto também fica claro para os açorianos todos que nos possam ouvir.

O PSD Açores pretendia discutir isto consensualmente tendo como um dos objetivos diminuir o número de Deputados, o PS não quer. Isto fica claro, ficamos todos com as nossas opiniões, com as nossas opções. Fica tão claro quanto isto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PSD levantou aqui várias outras questões paralelas a esta questão da reforma do parlamento.

Vou usar uma expressão que foi usada aqui durante o debate da saúde, para não dizer “cortar”, vamos usar o termo “repensar”, o Parlamento e o funcionamento do parlamento que me parece absolutamente essencial.

Agora, ao fim de quase 40 anos de autonomia, o que me parece que é fundamental repensar, reestruturar, e aí sim é que era preciso um consenso alargado, é o funcionamento da autonomia, o sistema autonómico. Como foi criado. Se serve hoje em dia, como está estruturado, se serve como foi estruturado há 40 anos atrás.

Essa é que é a grande reflexão que temos que fazer. Nessa grande reflexão de refundar a autonomia porque esta já não serve, porque já provou que promove desenvolvimento desigual nas ilhas, que já provou que não trata de modo igual

todos os açorianos, que já provou que falha em muitas das suas bases fundamentais, aí sim devemos estar disponíveis para todos refundarmos o sistema, repensarmos o sistema autonómico que temos, de maneira a que sirva com equidade todos os açorianos, quer seja ao nível da saúde, dos transportes, da agricultura, das pescas, enfim... Se todos os açorianos são hoje tratados de igual modo e têm igualdade de oportunidades, independentemente da ilha onde vivam, se vivem no Corvo ou em Santa Maria, ou em S. Miguel, ou na Terceira. Isso é que nos deve fazer repensar o sistema autonómico e para isso estamos disponíveis e convocamos todos, inclusivamente o Governo, para de uma forma aberta, construtiva, colaborarmos, ou o Sr. Presidente do Governo, um dia destes, há de nos convidar para lá irmos com muito gosto, para repensarmos esse sistema autonómico de modo que funcione bem para quem deve funcionar bem e é para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Creio agora não haver mais inscrições.

Não havendo estamos em condições de votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 25 votos do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma declaração de voto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente.

Presidente: Tem 5 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta votação e este processo em relação à lei eleitoral é tão irresponsável que até o Sr. Secretário da mesa teve dificuldades em transmitir esta votação.

Esta votação pode resumir-se e sintetizar-se da seguinte forma: 64 (volto a repetir) 64. É o número de Deputados que a Assembleia Legislativa está a eleger através da atual Lei Eleitoral. 64. Este é o número que marca e sintetiza essa discussão.

O PPM apresentou aqui aquela que era a sua solução. Não recolheu o apoio necessário, nós retirámos para darmos um espaço de diálogo e de consenso.

Tivemos agora esta proposta do PSD, que votei favoravelmente, que propunha a constituição de uma comissão para que se analise este assunto.

Esta proposta foi chumbada.

Portanto neste momento, perante um processo que é extremamente longo, perante as incertezas no horizonte da política, temos um Governo da República que vai governar até 2015, mas há sinais de instabilidade política. Portanto nós não sabemos como vão evoluir as coisas na Assembleia da República.

Perante o sinal de instabilidade, perante estas nuvens negras que existem no horizonte institucional, nós neste momento, o que o parlamento dos Açores, através do PS, do PCP, e do BE decidiram fazer, foi não consideramos este problema preocupante.

Elegemos 64 Deputados, mas se chegarmos a tempo, se conseguirmos reunir os dois terços, se conseguirmos fazer isto apenas a 4 ou 5 meses das eleições, bom então nós estamos suficientemente seguros. Não estão!

Estas propostas de alteração da legislação eleitoral têm que ser feitas no início. Não é no fim. Não é no fim que se definem as coisas. Tinha que ser feito agora a tempo e horas e os açorianos podiam ficar descansados que nós tínhamos um processo que era um processo que decorria no seu tempo normal e que era feito a tempo.

Mas não. Não foi isso que foi feito. O que foi feito foi adiar a alteração necessária da Lei Eleitoral para as Calendas Gregas. Não sabemos quando é que vai ser. Não sabemos como é que vai ser. Não foi aqui proferido por nenhum dos outros Deputados que chumbaram esta proposta, como é que o vão fazer. Nada! Nada! Nada!

Portanto o que nós temos aí é um horizonte, torno a repetir, o final deste processo são 64 Deputados, é o que estamos a eleger neste momento no parlamento dos Açores.

Considero que isto é uma enorme irresponsabilidade política para quem tomou esta posição.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 57 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos entrando no ponto 11 da Agenda da Reunião que é a **Petição n.º 15/2012 - pelo fim de subsídios públicos à tauromaquia nos Açores – apresentada por Cassilda Pascoal, na qualidade de primeira subscritora.**

Para apresentação do relatório dou a palavra ao Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “PELO FIM DOS SUBSÍDIOS PÚBLICOS À TAUROMAQUIA NOS AÇORES”

CAPÍTULO I

Introdução

No passado dia 20 de abril de 2012, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “Pelo fim dos subsídios públicos à tauromaquia nos Açores”, que reúne um total de 2114 assinaturas. A referida petição é apresentada pela Sra. D^a Cassilda do Rosário Teixeira Pascoal, que se assume como primeira signatária.

Os peticionários dirigem a petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar que sejam tomadas “as devidas medidas legislativas para dignificar as pessoas, o bom uso do dinheiro público e o bom nome da nossa Região proibindo qualquer apoio financeiro ou logístico por parte de entidades públicas a qualquer prática tauromáquica...”.

Solicitam igualmente que a Região canalize o investimento para a satisfação de necessidades básicas, designadamente a educação, saúde, habitação, ação social, transportes e criação de postos de trabalho, sem prejuízo da preservação, defesa e respeito pela natureza, e pelo próximo nos Açores.

A referida petição foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 20 de abril de 2012, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até 20 de junho de 2012.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A petição em apreciação enquadra-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de ação popular” estabelece, que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou coletivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respetiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, que dispõe: “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais ... organizarão esquemas adequados de receção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez a Lei 2/2009, de 12 de janeiro, que aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

CAPÍTULO III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos definidos no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 30 de abril de 2012, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade de Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua

admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou, por unanimidade, admiti-la procedendo à identificação do primeiro subscritor assim como do respetivo domicílio.

Na mesma reunião, e no exercício da competência de apreciação da petição pela Comissão prevista no Artigo 191.º do referido Regimento, a Comissão de Assuntos Sociais determinou quais as diligências a desenvolver tendo deliberado, igualmente por unanimidade, proceder à audição da Peticionária, do membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura, assim como solicitar o parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Reunida novamente a 29 de maio de 2012, na delegação da Assembleia na cidade de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do Sr. Teófilo José Soares de Braga, na qualidade de subscritor da petição.

Na sua reunião de 22 de junho de 2012, na delegação da Assembleia na cidade de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do membro do Governo Regional competente em matéria de cultura, à emissão de parecer e à aprovação do respetivo relatório.

1. Audição do Dr. Teófilo José Soares de Braga enquanto subscritor da Petição:

O Dr. Teófilo Braga reafirmou a pretensão dos peticionários designadamente que, nos Açores, não sejam concedidos apoios públicos, de qualquer natureza, a nenhum tipo de atividade tauromáquica.

Classificou a tauromaquia como uma manifestação violenta. Afirmou que se verificou alguma evolução na forma como são realizadas as touradas à corda. No entanto considerou que é possível evoluir-se ainda mais no sentido de minimizar o sofrimento dos animais, referindo a título de exemplo, um tipo produção teatral existente no Brasil denominada “Boi de mamão”.

A par da oposição à atribuição de apoios públicos à tauromaquia, manifestou dúvidas sobre o contributo desta manifestação para a criação de riqueza e para o desenvolvimento da economia da Ilha Terceira.

Em conclusão reiterou a pretensão de proibição de apoios públicos à tauromaquia, considerando tratar-se de uma manifestação que só deve ocorrer com recurso a meios próprios dos promotores e aficionados.

Seguiu-se um período dedicado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Paulo Ribeiro, Piedade Lalanda, Anibal Pires, Zuraida Soares e Catarina Furtado.

O Deputado Paulo Ribeiro referiu que a petição aborda a concessão de apoios públicos a um tipo de manifestação cultural que, tal como muitas outras, são igualmente apoiadas sem que delas decorra qualquer tipo de retorno para a Região. Assim, quis saber se o que está em causa para os peticionários, é a atribuição de subsídios públicos, ou a realização de touradas.

Numa segunda intervenção afirmou não ser habitual a atribuição de apoios por parte do poder autárquico diretamente para a realização de manifestações taurinas. Acrescentou que, a existirem, esses apoios são concedidos para a realização de festas tradicionais, nas quais se incluem as touradas.

No que se reporta à tauromaquia considerou tratar-se de uma atividade cultural que, enquanto tal, não visa obter proveitos financeiros e cuja mais-valia se centra na preservação do nosso património cultural e na nossa afirmação identitária.

Em resposta às intervenções do Deputado Paulo Ribeiro, o Peticionário clarificou que a petição visa proibir a atribuição de apoios públicos à tauromaquia. Acrescentou que a sua posição pessoal é de oposição às touradas, assim como se opõe à atribuição de apoios públicos ao futebol profissional. No entanto a pretensão partilhada pelos peticionários e expressa na petição é que, nos Açores, não sejam atribuídos apoios públicos a nenhum tipo de atividade tauromáquica.

Acrescentou ter conhecimento de que as comissões de festas realizam “peditórios” para angariar fundos para pagar as licenças em vigor (valor que ronda os 1 000 euros). Em seu entender as verbas movimentadas nos eventos em causa não têm qualquer impacto na economia da ilha, com a eventual

exceção dos ganadeiros, sendo que estes podem redirecionar a sua atividade para a agropecuária.

A Deputada Piedade Lalanda referiu que, independentemente do conteúdo ou da natureza da atividade em si, o que está em causa é a atribuição de apoios públicos à realização de uma atividade cultural. Assim solicitou que o peticionário fundamentasse algumas das afirmações que constam dos considerandos da petição designadamente no que se reporta ao montante dos apoios atribuídos a este tipo de manifestação cultural e comparativamente com os montantes destinados a apoiar outros tipos de manifestações.

O Dr. Teófilo Braga classificou o grupo de peticionários como “desorganizado”. Afirmou que não possuem dados sistematizados sobre os apoios em causa. No entanto estimou que, no período compreendido entre 2004 e 2012 esses apoios terão sido de cerca de 4 milhões de euros, provenientes de diversas entidades incluindo o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas).

O Deputado Anibal Pires teceu algumas considerações sobre as diferenças existentes entre os diferentes tipos de touradas e afirmou que se verifica uma tendência no sentido de alterar algumas práticas como objetivo de minimizar o sofrimento dos animais.

Considerou que importa refletir se esta é uma prática que atrai ou que, pelo contrário, afasta turistas da Região.

Quis também saber se os valores indicados pelo peticionário se reportam exclusivamente a apoios atribuídos pelo Governo Regional ou se incluem também verbas provenientes de autarquias.

Fez ainda referência à data de apresentação de Petição, que terá coincidido com a realização da “Feira Taurina” e considerou lamentável que, no âmbito da referida Feira, tenha ocorrido um espetáculo com touros picados, prática proibida nos Açores.

A Deputada Zuraida Soares salientou que a petição em análise conta com o apoio do Bloco de Esquerda (BE). Informou que se encontra em apreciação, na Assembleia da República, uma iniciativa no BE com o mesmo objetivo.

Acrescentou que, caso a mesma venha a ser rejeitada na Assembleia da República, se compromete a apresentá-la na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Considerou irrelevante precisar se o que está em causa é a atribuição de apoios públicos ou as touradas em si mesmas, uma vez que estas não subsistem sem os referidos apoios.

Considerou igualmente irrelevante precisar os montantes dos apoios atribuídos uma vez que se trata de uma questão de princípio. Assim defendeu que o que importa definir é se deve ou não ser utilizadas verbas públicas para este fim, independentemente dos valores em causa. Acrescentou que, num contexto de carência de recursos estes devem ser canalizados para o que é realmente importante.

Em conclusão, afirmou que o fato de se tratar de uma prática culturalmente enraizada não é necessariamente sinónimo de que seja uma prática correta ou digna de preservação.

A finalizar quis saber se a interdição proposta pelos peticionários se reporta exclusivamente à tourada de praça.

O Dr. Teófilo Braga clarificou que se pretende interditar a atribuição de apoios públicos a todos os tipos de atividade tauromáquica.

A Deputada Catarina Furtado solicitou uma clarificação da pretensão dos peticionários atendendo a que a Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores não têm competência para legislar sobre matéria de gestão autárquica.

O Peticionário reafirmou que se pretendia impedir a atribuição de qualquer tipo de apoio público. No entanto acrescentou que, atendendo à limitação de competências referida, “ficaria feliz” se a Assembleia determinasse a atribuição de subsídios à tauromaquia, parte do Governo Regional.

2. Audição do Secretário Regional da Presidência:

O Secretário Regional da Presidência fez-se acompanhar pelo Diretor Regional da Cultura, a quem incumbiu a apreciação da petição.

O Diretor Regional afirmou que os apoios concedidos pelo Governo Regional considera à atividade tauromáquica têm enquadramento legal no quadro de legislação aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, o apoio à atividade tauromáquica por parte do Governo Regional tem enquadramento por três vias:

- Enquanto prática de uma expressão cultural tradicional de um segmento da sociedade açoriana;
- No âmbito da realização ou participação em encontros ou publicação de revistas;
- No âmbito da divulgação turística.

A finalizar reafirmou que os apoios atribuídos pelo Governo Regional a atividades tauromáquicas, estão devidamente enquadrados ao abrigo da legislação aprovada pela Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores, designadamente o Decreto Legislativo regional 18/2005/A, de 20 de julho e o Decreto Legislativo Regional 29/2006/A, de 8 de agosto, pelo que não encontra qualquer justificação para a pretensão dos petionários.

Seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Piedade Lalanda e Rui Ramos.

A Deputada Piedade Lalanda manifestou-se esclarecida quanto ao enquadramento legal para a atribuição dos apoios concedidos pelo Governo Regional. Solicitou informação sobre a natureza das entidades que podem solicitar os referidos apoios assim como dos instrumentos subjacentes à sua atribuição, contrato programa, ou outros.

O Diretor Regional informou que os apoios do âmbito da Direção Regional da Cultura têm sido concedidos às seguintes entidades: Tertúlia Tauromáquica, Grupo de Forcados e Delegação dos Açores da Casa de Pessoal da RTP.

Acrescentou que, apesar de serem estas as entidades que solicitam apoio do âmbito da cultura para realização de atividades tauromáquicas, outras poderão também fazê-lo. A este propósito lembrou que existe uma Comissão de Análise

a quem compete apreciar as candidaturas e decidir sobre a atribuição dos apoios solicitados.

O Deputado Rui Ramos quis saber se são atribuídos apoios a comissões de festas ou a festividades específicas.

O Diretor Regional afirmou que, no âmbito da Direção Regional da Cultura, não têm sido atribuídos apoios a comissões de festas.

Outros pareceres:

A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores pronunciou-se sobre a Petição em análise, por solicitação da Comissão.

O referido parecer é anexado ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO IV

Parecer

Tendo em conta as pretensões dos peticionários assim como o teor das audições efetuada pela Comissão, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. A petição objeto de análise pelo presente relatório cumpre com os requisitos definidos para o exercício do direito de petição no âmbito do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o disposto no artigo 6.º da Lei 43/90, de 10 de Agosto.
2. A Petição reúne um total de 2114 assinaturas e encontra-se em condições de ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis.
3. A Região Autónoma dos Açores dispõe de legislação própria que estabelece as condições para atribuição de apoios públicos a atividades culturais, designadamente:
 - Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto que Estabelece o regime jurídico de apoios a atividades culturais;

- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2005/A, de 20 de julho, que Estabelece o regime jurídico de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção do destino turístico Açores.
- 4. O âmbito da petição inclui a administração regional autónoma assim como o poder local. No entanto a Constituição da República Portuguesa determina, no seu artigo 165.º, n.º 1, alínea q) que o estatuto das autarquias locais é competência de reserva relativa da Assembleia da República. Por sua vez, o Estatuto político Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 134.º sob epígrafe “Relações com entidades locais dos Açores” que “A Região tem relações especiais de cooperação, coordenação e colaboração com as autarquias locais e respetivas associações localizadas no seu território”. Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não tem competência para legislar sobre o funcionamento e gestão das autarquias.
- 5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora e ao Secretário Regional da Presidência.

Ponta Delgada, 22 de junho de 2012

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Catarina Furtado*

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Informo a câmara que estão nas galerias alunos da turma do 7º. B, da escola Secundária Manuel de Arriaga, acompanhados dos seus professores, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Está aberto o debate sobre esta petição.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria felicitar os peticionários pela iniciativa que tomaram, num ato de civismo, de exercício de direitos cívicos e de uma forma de manifestarem a sua opinião.

Salientamos e sublinhamos que é efetivamente uma opinião que aqui é transmitida pelos peticionários. Uma opinião que assenta numa visão da sociedade com a qual nós não concordamos e apesar de também considerarmos que há muita gente que se comporta como animais, isso não faz dos animais gente, nem confere aos animais direitos ao nível das pessoas.

Os espetáculos tauromáquicos que os peticionários visam banir, ou pelo menos banir os subsídios, são espetáculos que não são obrigatórios para ninguém, são espetáculos de índole voluntária, só assiste a eles quem quer, ou quem paga para assistir, aliás à semelhança de outros espetáculos culturais, ou não, que são subsidiados por fundos públicos, como por exemplo, música erudita, cinema de Manoel de Oliveira, ou até um tipo de concertos ou de músicos que parece que tem muita aceitação junto dos membros do Governo, como sejam a Liliane Marise.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, o direito de opção, o direito de escolha, o direito de assistir a estes concertos, a estes espetáculos, a estas expressões culturais, são efetivamente exercidos por quem lá vai e por quem lá não vai. É isto que é muito importante referir.

Agora, como atividades culturais, como atividades que expressam e refletem uma herança e uma matriz cultural das populações, devem ter o mesmo respeito e a mesma dignidade no âmbito legal, no âmbito da atribuição de fundos públicos, que têm outras manifestações.

Por outro lado, e não querendo desviar o assunto desta essência, a questão económica destas manifestações culturais também não é por de menos relevante. Na ilha Terceira passamos o verão com cerca de 270 touradas, que, por sua vez, além do dinheiro dos ganadeiros todas elas movimentam tascas, todas elas movimentam convívios (as pessoas recebem em suas casas, põem a mesa) e gastam na economia local, muitas vezes com produtos tipicamente locais, ou aliás, sobretudo com produtos tipicamente locais.

Deputado José San-Bento (PS): Mal-empregado não terem feito isso em São Miguel!

O Orador: Portanto o impacto económico destas atividades não é de todo desprezível.

Aliás, há estudos que indicam, para uma economia muito elevada, um desenvolvimento económico muito elevado, fruto destas atividades e sem importação. Sem importação, porque muitas vezes o modelo das nossas festas tradicionais importa às “Lilianes Marises” ou outras coisas. Não é o caso. Aqui trata-se de uma manifestação que é nossa efetivamente.

Portanto nós apesar do respeito e da consideração que nos merecem as pessoas que não concordam com este tipo de manifestações culturais, apesar da estima pessoal que temos também por pessoas que têm essas opiniões, não podemos concordar com uma censura ao apoio a atividades culturais, tendo em conta preferências e aspetos com os quais nós efetivamente não concordamos.

Da mesma forma que consideramos que manifestações culturais, muitas vezes elas minoritárias, como por exemplo sustentáculo de serviços públicos de televisão ou de outra natureza que visam garantir determinados tipos de programas, com determinados padrões ou qualidade ou de eruditismo ou outras coisas, para faixas de público muitas vezes muito reduzidas; da mesma maneira como se justifica a defesa do direito de determinadas minorias a cederem a esses conteúdos culturais, nós consideramos que este direito de expressão cultural também deve ser preservado, também deve ser apoiado e sobretudo nos Açores e em Portugal, não se trata efetivamente de um direito minoritário, ou de

um acesso cultural minoritário, mas, mesmo que se tratasse, mereceria da nossa parte tanto respeito e tanta dignidade quanto outros.

Sobre este assunto é evidente que somos sensíveis aos argumentos que muitas vezes se advogam em defesa dos direitos dos animais. Os direitos dos animais são um aspeto que também nos sensibiliza, mas gostaria de lembrar que o gado bravo, hoje em dia só existe porque ainda há estímulo e interesse pelas touradas. Caso não fosse essa a situação seria mais uma espécie em vias de extinção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em nome do PSD gostaria de começar por saudar os peticionários pelo exercício de cidadania através deste instrumento de participação ativa que é a Petição Pública.

Compreendendo as motivações dos peticionários, o PSD não acompanha os mesmos nos objetivos desta petição.

A Tauromaquia é a maior manifestação cultural da Terceira. Já tem também um profundo enraizamento na Graciosa e em S. Jorge, e continua a crescer em outras ilhas dos Açores.

Na Terceira, a Tauromaquia há muito que se assumiu como verdadeiro símbolo de uma identidade muito própria e transversal a toda a população. A tauromaquia e os toiros são uma fortíssima imagem de marca de uma terra e de uma gente, cuja importância no contexto Regional é absolutamente incontornável.

A ligação do povo aos toiros, ao campo, à festa e à arte, é secular, sendo parte integrante do “pulsar” das gentes. Não é um *lobby*, mas sim uma atividade do povo, feita pelo povo e para o povo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há outro animal tão querido, respeitado, idolatrado e estudado como o toiro, no coração das gentes da Terceira e das outras ilhas que hoje também abraçam a Tauromaquia como uma atividade cultural sua e de grande relevo.

Com Brianda Pereira, os toiros assumiram um estatuto de imortalidade na História dos Açores. Esse papel deve ser enaltecido e nunca diminuído no nosso panorama histórico-cultural.

A Tauromaquia é cultura, é arte, é festa, é espetáculo, mas, mais que tudo, é um modo de vida e é a expressão de uma forma especial de Açorianidade.

A Tauromaquia que se faz nos Açores é única. Tem uma vivência e uma identidade próprias que a distinguem das outras manifestações taurinas que existem no País e no mundo.

O centro da Tauromaquia Açoriana, que tem o seu expoente máximo na Terceira, é o toiro. É o toiro que move as gentes, muito mais que o toureiro ou que o toureio em si. E como em mais nenhum lado, os toiros são criados, cuidados, tratados, conhecidos pelos seus nomes, números e “façanhas”. A regra é a de que morram velhos nas pastagens onde viveram. Regra e não exceção.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Nos Açores o toiro é respeitado.

Protege-se o animal e, se esse “respeito” for quebrado, a reação das gentes é imediata, evitando excessos de qualquer ordem.

Como em quase tudo nos Açores, tudo é também diferente na Tauromaquia Açoriana.

E lá estão também os toiros no brasão de armas da nossa Região. “Antes morrer livres que em paz sujeitos”...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Independentemente das paixões e polémicas que a Tauromaquia suscita, não deixa de ser uma das atividades culturais com maior importância e expressão na Região. O seu relevo no contexto cultural Regional não poderá nunca deixar de ser avaliado com base nestas premissas.

No âmbito dos trabalhos da comissão que avaliou esta petição, ficou claro, tão “claro como água” o enquadramento legal em que podem e devem ser feitos os apoios às atividades taurinas nos Açores. Ou seja, o apoio à Tauromaquia como atividade cultural tem suporte legal.

Não acompanhamos os peticionários quando contestam o retorno dos apoios à Tauromaquia no âmbito da economia, turismo Regional e bem-estar social.

Nas ilhas dos Açores em que a Tauromaquia está presente, são evidentes e muito significativos os efeitos nas vendas do comércio local e em todas as áreas da atividade económica. Esses efeitos poderão muito facilmente ser medidos e comparados com as épocas do ano em que não se realizam essas mesmas atividades taurinas.

Do mesmo modo, também é por demais evidente a movimentação de pessoas, dentro das ilhas e de fora das ilhas, a vinda de turistas do País e do estrangeiro, o regresso dos nossos emigrantes para participar nas festividades em que a Tauromaquia tem lugar de destaque. Enchem-se aviões, barcos, hotéis e restaurantes. Vendem-se os bilhetes e enchem-se as praças.

Nas ruas, a festa e a arte são gratuitas. Serão sempre. As ruas cada vez se enchem mais, as casas têm as portas abertas e as mesas postas. Todos são convidados e todos são bem-vindos. Não há disto em mais lado nenhum.

É um cartaz turístico incontornável na Região.

Já são vários os eventos taurinos de importância internacional realizados na Terceira. São exemplos o Fórum Mundial da Cultura Taurina e o Congresso Internacional de Criadores de Toiros.

O Governo Regional esforça-se imenso e investe muito a criar cartazes turísticos nas várias ilhas e que são importantes na atração turística. Trazem-se para a Região eventos mediáticos de modo a divulgar os Açores e a dinamizar o nosso Turismo. São exemplos a inclusão no IRC do Sata Rally Açores e o Cliff Diving, entre outros eventos de importância.

A Tauromaquia Regional não é uma invenção nem uma importação como alguns desfiles e paradas que se anda para aí a promover e a apoiar. A Tauromaquia é de cá!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É já classificada como Património Cultural Imaterial em Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e está em curso idêntica classificação em Santa Cruz da Graciosa.

Fazer de conta que a Tauromaquia não é essencial para o Turismo da Região é um erro grave, sobretudo neste tempo em que vivemos, com hotéis a fechar a um ritmo alucinante e com os empregos a desaparecer todos os dias.

Quanto ao que dizem os peticionários acerca do bem-estar social, que, na sua ótica, não é produzido pela Tauromaquia... Só mesmo quem não conhece a Tauromaquia que se faz e se vive nos Açores é que pode dizer algo assim.

De modo a corrigir essa lacuna, ficam desde já convidados todos os peticionários a ir às festas à Terceira, Graciosa, São Jorge ou outra ilha em que a Tauromaquia esteja presente, a andar pelas ruas, entrar nas casas, tomar um copo, ir ao “mato” ver os toiros e fundamentar melhor as suas opiniões e divertir-se!

Deputado João Costa (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de repudiar a afirmação feita no texto da petição de que as pessoas que assistem às práticas tauromáquicas desenvolvem tendências de agressividade e violência... Mas desde quando é que os aficionados Açorianos são violentos?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Que raio de estudos são esses? E, já agora, quais os aficionados que são violentos e de que países vêm? Não há “hooliganismo taurino”! Infelizmente, na Região, pelo menos, parece haver muito mais “agitação” com origem nos anti-taurinos do que entre os aficionados.

Deputado João Costa (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Há que ter mais ponderação nas afirmações que se fazem para que toda a gente se respeite e se trate do mesmo modo.

Quanto ao ambiente, a realidade dos factos revela que a criação dos toiros, tal como é feita nas ganaderias açorianas, é ambientalmente sustentável, feita em regime extensivo, com um pastoreio próprio e peculiar, também ele um chamariz para uma variedade de atividades de turismo e de lazer, intimamente ligados à natureza.

Seria importante que toda a gente tivesse oportunidade de conhecer o que dizem os biólogos da Universidade dos Açores, Eduardo Dias e João Pedro Barreiros, a este respeito, quando entrevistados pelo site SIARAM, que é um projeto da ex. Secretaria Regional do Ambiente. Estes investigadores defendem que a criação de gado bravo no interior da Terceira é um contributo para a manutenção dos ecossistemas naturais. Não será certamente diferente nas outras ilhas onde existem criadores de toiros.

Estamos todos muito conscientes de que os tempos em que vivemos obrigam a cada vez mais rigor e objetividade na atribuição de todo e qualquer tipo de subsídios, na tauromaquia ou em qualquer outra atividade.

A atribuição de verbas deve ser criteriosa, a sua aplicação fiscalizada, os montantes adequados aos fins, os resultados e objetivos avaliados, e deve haver retorno. Há que buscar sempre o retorno de todos os apoios e investimentos feitos com o dinheiro dos contribuintes.

Os apoios não podem, em nenhuma circunstância, ser ferramenta de campanha ou de promoção de nenhum membro do Governo, Director Regional, Deputado ou de quem quer que seja.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não resiste!

O Orador: Se há abusos e excessos? Ai temos imensas dúvidas, pois claro! E o Governo às vezes parece gostar imenso de se pôr a jeito... Há momentos curiosamente oportunos para atribuir apoios...

Aqui, como em tudo, somos defensores da contenção e do rigor.

Mas a Tauromaquia é uma mais-valia absoluta no nosso panorama cultural e merece ser apoiada de acordo com o enquadramento legal em vigor.

O que atualmente existe é fruto da vontade popular. É assim que deve continuar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS saúda os peticionários considerando que todos os cidadãos têm direito a apresentarem iniciativas para defesa dos seus direitos e compreendo os motivos invocados pelos mesmos.

A atividade tauromáquica é uma manifestação cultural enraizada secularmente nos Açores, em particular na Ilha Terceira.

Há quem considere ser uma das mais antigas tradições festivas populares do arquipélago, data de 1622 o primeiro registo conhecido da realização de uma tourada à corda na ilha Terceira, embora se presuma que as corridas de touros à corda nas festas populares já ocorressem há mais tempo.

É uma atividade cultural que preserva o nosso património e é de tal importância para a Ilha Terceira que desde 1912 foram aparecendo várias ganadarias, algumas já extintas, outras de novo, com repercussão e impacto direto na economia local.

A atividade tauromáquica tem enquadramento legal no quadro legislativo vigente e existe uma comissão de análise competente, a quem compete apreciar as candidaturas e decidir sobre a atribuição dos apoios solicitados.

Em conclusão, o Grupo Parlamentar do PS, considera que os apoios que têm sido concedidos destinam-se apenas enquanto prática de uma expressão cultural tradicional, de um segmento da sociedade açoriana, a iniciativas com interesse para a promoção do destino turístico Açores, a comparticipação de projetos de

assistência técnica de melhoramento e de sanidade animal e sobretudo à conservação da matriz cultural de um vasto conjunto de açorianas e açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar a iniciativa dos subscritores que apresentam neste Parlamento esta Petição, mas devo dizer, como é próprio em democracia, que não concordo com aquele que é o seu objeto.

Os peticionários pretendem o fim dos subsídios públicos à tauromaquia nos Açores. Devo dizer que não concordo.

Considero que estes apoios devem continuar a ser dados, atribuídos, porque trata-se de uma matriz cultural muito importante para diversas ilhas dos Açores, nomeadamente para a Terceira, para a Graciosa, para S. Jorge e também para o Pico.

Portanto, nesse sentido é uma prática que conta com uma adesão popular muito grande e que tem de facto muito mérito do ponto de vista cultural e do ponto de vista daquela que é a fixação da nossa matriz de identidade, nomeadamente como identidade fortíssima, por exemplo, na Ilha Terceira.

Devo dizer que assisto às touradas sempre que posso, sou um aficionado. Há cerca de seis ou sete meses estive presente em S. Jorge, tive oportunidade de assistir a uma tourada, como sempre que posso estou presente nas Sanjoaninas para poder assistir às touradas, às touradas à praça e às touradas de corda.

Portanto assumo este gosto por aquelas que são as tradições dos Açores, que são as tradições populares e da parte do PPM evidentemente não estamos a favor desta iniciativa, pelo contrário, vamos apoiar sempre, sempre o apoio aos espetáculos de tauromaquia nos Açores, o apoio à identidade tauromáquica dos Açores,

Vamos sempre manter esta linha, há quem tenha uma opinião diferente, tem obviamente todo o direito de a exprimir e de poder remetê-la em termos de petição ou até de proposta política nos partidos que assim a considerarem.

No entanto em relação a esta proposta em concreto, a esta petição em concreto, nós discordamos e temos uma posição completamente diferente e assumimos com frontalidade a nossa posição e o nosso posicionamento.

Não ficam dúvidas, a posição do PPM é a favor da preservação da nossa tradição tauromáquica.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda/Açores saúda a iniciativa do(a)s peticionário(a)s, no exercício do seu direito, consagrado pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, através de uma forma de democracia direta que aproxima os eleitores dos seus representantes eleitos.

A presente petição tem a virtuosidade de lançar o debate sobre o futuro do relacionamento entre o poder governativo e a tauromaquia nos Açores.

Os tempos que correm são indicativos da urgência em definir prioridades para o futuro da nossa Região e nesse sentido, o(a)s açoriano(a)s não compreenderão a opção da Região em financiar a tauromaquia, enquanto se implementam políticas restritivas na educação, saúde, solidariedade social, cultura, transportes e habitação.

Não é aceitável, nem compreensível a insistência no apoio financeiro da Região à tauromaquia, enquanto atividade de interesse turístico e muito menos se percebe o apoio à tauromaquia como atividade cultural e não como um negócio privado que só não é ruinoso porque vive 'à sombra' de um alegado interesse público.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: Apesar do Governo Regional não ter competência para proibir o financiamento das autarquias à tauromaquia, não é concebível que se imitem as opções políticas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que desde 2011 financiou a Tertúlia Tauromáquica Terceirense (TTT) em €525.000, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: ... enquanto deixa o Teatro Angrense degradar-se, ao ponto de não ter condições para receber a maior demonstração de teatro popular de Portugal, o que veio prejudicar o(a)s terceirenses, não só porque a cidade de Angra do Heroísmo ficou sem palco, mas porque a autarquia decidiu retirar os parques subsídios às pessoas que se dedicam às danças e bailinhos de Carnaval.

Deputados Domingos Cunha (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: Não queremos um Governo Regional com o mesmo interesse 'desmesurado' pela tauromaquia tal como a autarquia angrense. Uma autarquia que não tem prejudicado, somente, as atividades culturais, mas também as políticas sociais. Passo a explicar:

No orçamento da autarquia angrense para 2011 estavam consignados €150.000 à TTT, o que correspondia a quase metade do investimento previsto para a Ação Social (€304.253).

Em 2012, o valor orçamentado para a TTT (€250.000) chegou mesmo a superar o valor orçamentado para a Ação Social (€165.510).

Para este ano, o valor orçamentado pela Câmara para a TTT (€125.000) é quase equivalente ao valor orçamentado para a Ação Social (€127.005).

Infelizmente, o Governo Regional tem vindo a ceder ao interesse comercial da tauromaquia ao facilitar não só o financiamento à sua atividade como está sempre disponível para 'fechar os olhos' ao incumprimento de legislação aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Referimo-nos ao apoio financeiro de €75.000 atribuído à organização do II Fórum da alegada cultura taurina que incluiu no seu programa, a realização de uma prática ilegal, a «sorte de varas».

Aparentemente para o Governo Regional os interesses da tauromaquia são sagrados e, além de principescamente apoiados, financeiramente, são também

excecionados do cumprimento da lei. Independentemente, da precisão das pretensões dos peticionário(a)s, é inequívoco o alerta lançado sobre o caminho que o Governo Regional tem vindo a fazer num 'campeonato' em que entidades regionais e locais disputam um 'lugar ao Sol tauromáquico'.

O Bloco de Esquerda/Açores já escolheu o seu caminho e desafia-vos a serem ousados na utilização das prerrogativas da autonomia em prol dos interesses do(a)s açoriano(a)s, em vez de 'brincarem' à autonomia na defesa dos interesses de um negócio que só é rentável graças ao financiamento público.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! É mentira!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições encerramos assim este ponto da agenda e avançamos para o ponto 12 da Agenda da Reunião: **Projeto de Resolução N.º 9/X – Recomenda ao Governo Regional que realize os procedimentos necessários para que as obras de ampliação e modernização do Porto da Casa se possam iniciar na atual Legislatura** – apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Foi distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução, pelo que alerto que será esta proposta de substituição que será discutida e depois votada.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão da ampliação do Porto da Casa, como sabem é uma pretensão de há muitos anos da população da Ilha do Corvo.

É uma pretensão que une todos os corvinos, sejam eles do PS, do PPM, do PSD, do BE ou do PCP.

É uma reivindicação coletiva que fundamentalmente pretende que a ilha passe a ter uma melhoria significativa das suas condições portuárias.

Esta melhoria é absolutamente essencial para a atividade económica da Ilha do Corvo.

Esta é a única infraestrutura portuária pela qual decorre a atividade económica da ilha. É por aqui que se desenvolve a atividade comercial, também a atividade relacionada com o recreio náutico e também com as pescas.

É fundamental que o Porto da Casa venha a ter maior capacidade, do ponto de vista daquelas que são as capacidades de pesca da nossa pequena frota. Estima-se que possa aumentar se as condições portuárias melhorarem e nesse sentido isso significará que a Ilha do Corvo pode dar um contributo adicional para um setor que representa 20% das exportações dos Açores.

No âmbito da pesca é absolutamente fundamental também garantir que não só as condições melhoram, a capacidade melhora, mas também as condições de utilização do porto, ao longo dum período mais alargado do ano, possam ocorrer.

É isto que ficou provado que é possível fazer.

É possível melhorar as nossas infraestruturas portuárias no sentido de que por exemplo os pescadores possam ir mais vezes ao longo do ano pescar e dessa forma contribuir para a economia da ilha, e dessa forma contribuir para a economia dos Açores e para a economia de Portugal.

Devo dizer-lhes, portanto, que se este é um interesse local, existe também um interesse estratégico muito importante.

O Grupo Ocidental, o Corvo e as Flores, apesar de pouco povoado, tem uma importância estratégica fundamental para os Açores e para o país.

É a partir das Flores e do Corvo que se pode projetar 40% da ZEE da nossa Região. 40%!

Uma massa territorial muito limitada mas um direito a uma ZEE de enorme dimensão. Porquê? Por causa do grupo ocidental.

Mais, mesmo o projeto de alargamento da plataforma continental significa também que a presença territorial das Flores e do Corvo é absolutamente fundamental para a abrangência que tem, se tem aqui nesta zona do atlântico norte.

Portanto, podemos dizer que a melhoria das infraestruturas no Grupo Ocidental tem também um interesse estratégico fundamental para a RAA e para o país.

Este Projeto não deve ser visto apenas como um Projeto de interesse para a economia local, e já seria bastante para o justificar, mas deve ser visto também como um Projeto dum grande interesse estratégico para a Região e para o país.

É importante que se tenha esta visão alargada.

Em relação a esta questão eu devo dizer-vos que vamos voltar a ser um país de 4 milhões de quilómetros quadrados.

Em lembro-me sempre do congresso de Berlim, eu lembro-me sempre do mapa cor-de-rosa. Quando no séc. XIX, perante o aumento da oportunidade da expansão territorial, neste caso é uma expansão marítima, disseram ao país: bom, os senhores têm direitos históricos, mas não têm condições para exercer essa jurisdição! Foi o que nos disseram no sec. XIX e foi assim que perdemos grande parte do império, dos direitos históricos que tínhamos em África e em Ásia.

Portanto o que acontece é que esta definição de nos dizerem que existem estes direitos históricos, mas os senhores não têm condições para fiscalizar, os senhores não têm condições em termos de infraestrutura portuária para explorar esta nova zona, esta nova fronteira do país, esta nova fronteira dos Açores. Os senhores não têm condições portuárias de base, não têm nada disto.

Esse é o grande perigo, o grande perigo de um dia nos virem dizer isto.

No Grupo Ocidental nós temos o interesse absolutamente fundamental, pensando a médio prazo, nos próximos 20, 30 anos, de ter uma infraestrutura portuária reforçada.

É um Projeto de interesse local, é um Projeto de interesse regional, é um Projeto de interesse nacional.

Termino já, Sra. Presidente, esta primeira intervenção.

Terceira questão: a questão política e a questão da decisão em relação a este Projeto.

Nós, o PPM, como outros partidos, como o conjunto da população, temos vindo a pedir há muitos anos, inclusivamente na anterior Legislatura tivemos oportunidade de apresentar uma iniciativa neste sentido. Não foi possível.

Não quero perder tempo com o passado, quem é que teve culpa, quem é que não teve culpa, se não o fizemos mais depressa, por que é que não o fizemos, por que é que não concretizámos o projeto mais cedo.

Para mim a questão que é absolutamente fundamental é o seguinte: no quadro económico em que o país e a Região se encontram, o importante é que este investimento (que é um investimento importante, é um investimento estratégico) se faça.

Qual é a pretensão da população do Corvo? Que se faça o mais depressa possível. Que se fizesse já em 2013. Não sendo possível que se faça em 2014.

Agora o que o Governo, por intermédio do Sr. Secretário, disse em plena Comissão foi que este Projeto que era também uma proposta eleitoral do PS, seria cumprido.

O que foi dito é que seria cumprido em 2014 se fosse possível, em 2015 ou em 2016, ou seja até ao final da Legislatura.

Até ao final da Legislatura este Projeto será lançado.

Portanto para nós a perspetiva é esta: nós pretendemos que seja o mais cedo possível.

O Governo o que nos deixou foi a sua palavra que o vai concretizar.

É nossa função aqui acreditar na palavra dos governantes e eu acredito que o Governo Regional vai cumprir a sua parte.

Portanto, nesse sentido a população do Corvo está na disposição de esperar mais um ano ou dois, porque compreendemos as dificuldades regionais. Estamos dispostos desde que nos seja garantido que vamos ter esta melhoria e esta garantia. Existe e eu acredito nela.

Poder-me-ão dizer: então se o Governo diz que sim e o senhora até teve que alterar a sua proposta no sentido de se adaptar àquela que é a disponibilidade do ponto de vista, ou calendarização, por parte do ponto de vista do Corvo, por que é que o senhor não retira a sua proposta já que temos aqui o contributo definido?

Não o fiz, porque acho que este Parlamento se deve pronunciar sobre esta questão. É de toda a justiça que o venha fazer.

Tenho aqui os programas eleitorais dos diversos partidos políticos.

Os diversos partidos políticos que estão aqui sentados nesta Assembleia têm um compromisso com este Projeto.

Este Projeto é um compromisso de todos os partidos políticos.

Não há aqui hegemonias de ninguém. Não venho aqui dizer que o PPM está mais, ou que está mais empenhado, porque por exemplo o PCP também o fez, também estava no seu programa, como estava no CDS, como estava no programa dos diversos partidos aqui representados.

Nesse sentido era um compromisso do mundo parlamentar e não é um compromisso populista e demagógico que seja fácil dizer que sim a este Projeto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... porque este Projeto tem os seus detratores e os detratores deste Projeto de ampliação e todos os partidos parlamentares resistiram a esse canto da sereia que é: nós vamos fazer um investimento numa ilha com 400 e tal habitantes, um investimento tão importante. Posso-vos assegurar que este discurso tem muita saída, do ponto de vista daqueles que analisam esta questão a partir do continente e da República.

Mas eu penso que este projeto tem uma mais-valia que é a seguinte: que é dizer qual é a política da autonomia dos Açores? A política da autonomia dos Açores, pelo menos do ponto de vista da sua definição parlamentar é: vamos para o futuro todos juntos e não deixamos ninguém para trás!

Deputado Francisco César (PS): Essa é do PS!

O Orador: Uma ilha que seja mais enfraquecida, uma ilha que seja mais vulnerável, que tenha menos habitantes, tem as mesmas oportunidades de desenvolvimento que todas as outras.

Nós pensamos no nosso Governo autónomo de uma forma solidária e de uma forma que não é injusta para as ilhas mais pequenas.

Portanto quando pensamos assim, todos os partidos parlamentares o que disseram foi: nós abalizamos esta decisão, trata-se de uma decisão justa, trata-se de caminhar todos juntos para o futuro e um futuro que dê oportunidades iguais

a todos os açorianos, vivam eles na Ilha do Corvo, ou vivam eles na Ilha de S. Miguel.

É assim que os açorianos pensam na governação das suas gentes. São estas as nossas opções.

Portanto é de toda a justiça que todos os partidos parlamentares, sem hegemonias de ninguém, com o mérito que todos têm de avançar nesse sentido, recomendarmos ao Governo Regional a concretização deste Projeto.

No final a vitória é do Corvo, a vitória é da autonomia dos Açores, a vitória é de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O alargamento e o prolongamento do cais do Porto da Casa é uma obra de extrema importância para os Corvinos e para o Corvo que melhorará as condições de transporte de mercadorias, de passageiros, e das condições de trabalho e segurança dos pescadores.

Na primeira das quatro visitas que o então candidato a Presidente do Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro, fez na altura da campanha eleitoral ao Corvo, a primeira questão que colocou a mim, ao Sr. Presidente da Câmara do Corvo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e ao deputado cessante do partido socialista foi a seguinte: Qual é a prioridade neste momento da ilha do Corvo?

A resposta dos quatro foi unânime: O alargamento e o prolongamento do cais do Porto da Casa.

Nesta ocasião, o candidato do PS/Açores assumiu o compromisso desta obra avançar no decorrer desta legislatura, caso fosse eleito.

Este foi um compromisso assumido pelo PS/Açores na campanha eleitoral e fez parte, aliás, do manifesto eleitoral que apresentamos na ilha do Corvo.

Recentemente, o Sr. Secretário do Turismo e Transportes esteve no Corvo e, para além de uma série de compromissos que assumiu de extrema importância para a nossa ilha, reuniu com a Associação dos Pescadores a propósito do Porto da Casa.

Esta é aliás uma marca identitária do PS/Açores. Ouvir todas as partes envolvidas para, na medida do possível, consensualizar todas as opiniões com o objetivo de, através do diálogo, encontrar as melhores soluções para os problemas com que os açorianos se deparam. Foi assim no passado e continua a ser assim com o atual Governo.

A Obra do Porto da Casa insere-se, como não podia deixar de ser, nesta lógica. É uma obra que tem que ser feita em sintonia com todas as partes envolvidas.

Como é sabido, o mar do Corvo apresenta, durante alguns meses, grandes dificuldades à navegação. É também por isso fundamental ouvir todos os interessados para que – como disse o Sr. Secretário Vítor Fraga – se chegue à melhor solução para que a obra a efetuar seja concretizada de uma só vez e definitivamente.

O Grupo Parlamentar do PS/A reconhece a importância desta empreitada para a ilha do Corvo. Foi por isso que assumimos o compromisso eleitoral de a concretizar assim que seja possível, no decorrer desta legislatura.

Tal como se pode ler no Projeto de Resolução apresentado pela Representação do PPM, a rede portuária açoriana tem vindo a registar melhorias significativas ao nível da sua capacidade, modernização e polivalência. Este é um trabalho que, acrescentamos, tem vindo a ser desenvolvido pelos governos do partido socialista de modo a dotar a região das necessárias infraestruturas para melhor servir as populações de todas as ilhas da nossa Região.

O trabalho de um Executivo nunca se esgota. Há sempre muito trabalho a desenvolver. Há sempre um passo a dar para desenvolver e manter a Região na rota do desenvolvimento.

Temos consciência que nem sempre é possível conciliar todos os interesses da forma mais satisfatória.

O Grupo Parlamentar do PS reconhece, no entanto, o esforço empreendido para que o desenvolvimento e a coesão territorial das nossas 9 ilhas continue a ser uma marca da governação do Partido Socialista.

Deputados Luís Garcia e João Costa (PSD): Qual coesão?

O Orador: Sendo a ampliação do Porto da Casa um compromisso eleitoral por nós assumido e que, como é nosso timbre, será concretizado nesta legislatura, o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente este projeto de resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar a intervenção do Deputado Paulo Estêvão na apresentação deste Projeto de Resolução e saudá-lo francamente, porque considerarei que de facto foi uma excelente intervenção ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O almoço está a chegar! Estão a fazer as pazes!

O Orador: ... e onde sobretudo teve o cuidado de referenciar que este esforço, relativamente à resolução de ampliação do Porto da Casa é um esforço que tem sido de todos. Todos temos dado esse contributo para que as obras do Porto da Casa possam ser feitas e que a população da Ilha do Corvo fique dotada daquela infraestrutura em condições substantivamente melhores do que aquelas que existem.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, para além de saudar V. Exa. pela sua intervenção, vai com certeza apoiar este Projeto de Resolução do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caro colega:

As dificuldades de operacionalidade e de segurança do Porto da Casa são sobejamente conhecidas.

O Governo dos Açores está empenhado em colocar o Corvo na rede portuária regional, efetuando uma intervenção que vá ao encontro das necessidades, tanto de garantir a operacionalidade do porto, como a segurança na própria operação.

Queremos encontrar uma solução não só para hoje, mas uma solução que venha a dar frutos no futuro.

Neste sentido já tive oportunidade de me deslocar ao Corvo, onde tive diversos contatos com o objetivo de recolher contributos que sejam válidos para a elaboração do Projeto e que acima de tudo sejam adequados àquilo que se pretende do porto do Corvo.

É nosso entendimento que este tipo de projeto deve ser amplo e deve ser consensual, por isso estamos numa fase de ouvir as pessoas que têm dado os seus contributos, iremos proceder à análise dos mesmos e seguidamente iremos decidir e aí serão todos chamados a tomar parte na decisão.

Este é um compromisso de Legislatura e com este Governo os compromissos assumidos são compromissos para cumprir.

Deputado João Costa (PSD): Estão na moda agora os compromissos de legislatura!

O Orador: Como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, já tive oportunidade de dizer: se nós pudermos fazer as obras do porto em 2014, não será em 2015, porque entendemos a prioridade que tem que ser colocada nesta obra, para satisfazer as necessidades locais e que têm uma abrangência naturalmente regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Também gostava de saudar o Sr. Deputado Paulo Estêvão pela iniciativa que teve de alterar o seu Projeto de Resolução, indo assim ao encontro daquilo que é o interesse não só do Corvo, mas o interesse da Região.

Tal como já fez o Sr. Deputado Iasalde, quero convidá-lo a si também para quando estiverem a ser efetuados os ensaios em tanque de modelo reduzido,

para que me acompanhe, numa visita ao laboratório, para se inteirar plenamente do Projeto em si.

Aproveito também para convidar os representantes de todos os restantes grupos parlamentares para quando tal vier a acontecer, acompanhem-me também e possam fazer parte integrante desta medida que se pretende que seja uma solução para o Corvo e uma solução para os Açores, no contexto da rede portuária regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado do PPM)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não estou a convidar-me para fazer parte da comitiva ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas gostava!

O Orador: ... para ir verificar os ensaios em modelo reduzido, provavelmente no LNEC, mas em nome do Grupo Parlamentar do PSD, queria referir o seguinte.

Nós no início desta sessão plenária falámos sobre a economia do mar.

Eu até aquela sessão, normalmente tinha a sensação de que quando os políticos falavam sobre a economia do mar, davam-lhe tanta ou mais importância quantas as vezes faziam *copy/paste da* Wikipedia, ou seja, eram debates que eu normalmente considerava pouco concretizados e dificilmente os políticos conseguiam mostrar como é que a economia do mar se traduzia em euros. A economia é precisamente isso, é a criação da riqueza e esta criação de riqueza traduz-se também em euros.

Nos debates científicos sobre o mar por vezes, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E em comissão?

O Orador: ... (claro que haviam exceções nos debates políticos, e nos científicos também há exceções relativamente àquilo que vou dizer) a

importância que era dada ao tema, tinha a ver com o tamanho do umbigo do orador porque por vezes eram tão específicos, tão específicos, que não davam nenhuma abrangência aos participantes para perceber donde é que dali saía a tal economia do mar, a tal riqueza.

Isto vem a propósito do PPM, relativamente ao Porto da Casa, Projeto de Resolução, que também em boa hora foi reconvertido, transformando umas datas que nos pareciam determinado apertadas em datas mais realistas, mas aproveitamos também para saudar esse Projeto de Resolução, reconvertido, reformulado, porque para o PSD mais do que o Porto da Casa ser importante para os corvinos, que o é, é a importância que o Porto da Casa tem para os Açores.

Nós vivemos num arquipélago, numa Região insular e dispersa e os transportes e as acessibilidades são fundamentais, nomeadamente ao nível das infraestruturas.

O que verificámos ainda na anterior Legislatura, com a visita que fizemos por parte da Comissão de Economia, foi que aquela infraestrutura não serve nem os corvinos, afetando mesmo a sua segurança, aquando no trabalho naquele porto, nem os Açores.

Não serve os Açores porque a economia do mar, como disse há pouco o Deputado Paulo Estêvão, implica que nós possamos ter infraestruturas que nos permitam operacionalizar a economia do mar de uma ponta à outra do arquipélago.

No caso do Corvo é um caso flagrante que em grande número de dias do ano não é possível fazer operação adequada e em segurança naquela infraestrutura na Ilha do Corvo.

Acresce também o facto de nós termos em campanha eleitoral, a Dra. Berta Cabral, que por diversas vezes referiu o compromisso que o PSD tinha, no sentido de ser construída naquela ilha, o Porto da Casa, uma infraestrutura em condições adequadas que servisse quer os corvinos, quer os Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já sabíamos!

O Orador: Portanto, o nosso apoio total ao Projeto de Resolução do PPM advém dos argumentos que acabei de aduzir e naturalmente também satisfeitos pelo facto de que o Deputado Paulo Estêvão reconverteu e alterou o Projeto de Resolução, dando-lhe enorme razoabilidade ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E alterou muito bem!

O Orador: ... e também gostamos de ouvir o compromisso político do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes que garantiu que se puder ser feita em 2014, não será feita em 2015, ou seja, é um compromisso que nós vamos estar, naturalmente, como partidos da oposição, atentos. Naturalmente que o proponente estará igualmente atento, mas é preciso que também não fiquemos pelas palavras. É um compromisso que foi aqui assumido perante esta câmara e é um compromisso que não só os corvinos esperam que se concretize como todos os açorianos e nós aqui vamos ficar a aguardar que isso assim seja. Importante será referir que nessas questões de prazo é bom que se definam calendários e metas intercalares, de modo a que não possamos chegar ao fim do percurso e arranjarmos ou desfazermos em desculpas relativamente a situações que no percurso até à meta final, correram menos bem.

Portanto se nós pudermos e se o governo puder disponibilizar a esta casa metas intercalares para nós podermos acompanhar o rigoroso compromisso que foi aqui assumido pelo Governo Regional, será muito importante.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a representação do PSD no Corvo que faz isso!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O BE vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução e esta recomendação do PPM, fundamentalmente por todas as razões que já foram aqui aduzidas e que no fundo se resumem a que esta é uma obra fundamental para que os

corvinos possam ultrapassar os constrangimentos óbvios ao seu crescimento económico.

De acordo com afirmações reiteradamente feitas e declarações dentro e fora desta casa, para o XI Governo da RAA, compromisso assumido, é compromisso cumprido, nós ficamos na expectativa que em 2016 o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes nos convidará, já não para nos pronunciarmos ou acompanharmos o projeto da obra, mas para a sua inauguração.

Já agora queria também salientar uma coisa que o Sr. Secretário disse e que é muito importante neste contexto, eu diria mesmo que quando falamos de portos nesta região, são as palavras da salvação, que é ouvir as pessoas.

A experiência nesta Região é que relativamente a variadíssimos portos eles são feitos exatamente sem ouvir as pessoas, sem ouvir sobretudo aqueles que se servem deles em termos profissionais e depois as obras têm que ser feitas e refeitas, replaneadas e corrigidas, vezes sem conta.

Sr. Secretário, na realidade ouvir as pessoas e no caso concreto ouvir os corvinos (mais, até um representante de cada partido, pessoalmente e em nome do BE agradeça-lhe o convite) é um bom princípio e felicito-o por isso.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para sugerir que se fizesse a votação, se não há mais inscrições.

Presidente: Ainda tenho uma inscrição, mas se a câmara entender que podemos discutir...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza. Então fazemos o intervalo para almoço.

Presidente: Um bom almoço para todos e regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 02 minutos

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Boa tarde a todos.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Nuno Melo Alves

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este assunto do Porto da Casa para nós já é um assunto conhecido.

Este assunto foi aqui trazido pela mão de Deputado João Greves, do CDS/PP, pelo círculo do Corvo, já há alguns anos, o prolongamento do Porto da Casa.

Naturalmente que esta matéria se naquela altura já merecia o nosso apoio, quanto mais hoje passados estes anos.

Infelizmente o único reparo negativo a fazer é que naquela altura não ficou resolvido e tenhamos que ter esperado estes anos todos, para termos outras perspetivas de resolução.

Desde logo pela importância que o porto tem para o Corvo, não só pelo motivo do desenvolvimento económico, mas para evitar a regressão económica e populacional até da ilha, porque noutros casos temos visto que existe efetivamente uma tendência de desertificação de perda de população nalgumas ilhas a favor da maior ilha.

Também perda de atividade económica, perda de peso económico das ilhas mais pequenas, a favor da ilha maior.

A autonomia passa precisamente por tentar combater isso e contrariar isso.

Por isso, como aqui foi bem referido, a autonomia e os seus desígnios, não podem muitas vezes ir atrás do discurso fácil de dizer que são só 400 pessoas não precisam disto, são só 400 pessoas não precisam daquilo, é só uma ilha não precisam daquele outro.

Esse tipo de discurso e de demagogia são precisamente aquilo que mina e destrói a essência da autonomia.

A nossa autonomia foi feita precisamente para assegurar que os centralismos fora da região, do Terreiro de Paço, não conseguiriam concretizar precisamente essa lógica, mas também, deve existir, para evitar que centralismos internos à Região, porque muitas vezes este discurso também se ouve na Região, possam de facto fazer com que essa lógica – é só 400 pessoas, ou são só 10 000 pessoas, ou são só 4 000 pessoas – não vença.

Naturalmente agrada-nos muito que esta proposta tenha sido aqui trazida novamente e agrada-nos muito que o Governo Regional esteja aparentemente, finalmente, devidamente empenhado nesta matéria.

Naturalmente votaremos a favor.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, penso que estamos em condições de votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Avancemos na Agenda da Reunião para o ponto n.º 13 - **Petição n.º 4/2012 - ampliação do cais do Porto da Casa na Ilha do Corvo – apresentada por Joaquim do Rosário Ferreira**, na qualidade de primeiro subscritor.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Economia para apresentação do relatório.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia trinta de julho de 2012, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na

cidade de Ponta Delgada, e por videoconferência a partir da Delegação da ALRAA da ilha de Santa Maria, a fim de apreciar e dar parecer sobre uma petição, à qual foi atribuído o n.º 4/2012, intitulada “**Ampliação do cais do Porto da Casa na ilha do Corvo**”, que tem como 1.º subscritor o Sr. Joaquim do Rosário Ferreira.

A referida petição deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 24 de fevereiro de 2012.

A mencionada petição foi remetida à Comissão de Economia para análise e emissão de parecer, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, de 24 de fevereiro de 2012.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 45/2007 de 24 de agosto.

A apreciação da petição pela Assembleia Legislativa e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do respetivo Regimento.

CAPÍTULO III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Economia deliberou, admiti-la, em reunião efetuada a 9 de março de 2012, na Delegação da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, por estarem verificados todos os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto) e regimentais (artigo 189.º).

b) Objeto da petição

A petição tem como objeto que “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que inicie, de imediato, os procedimentos necessários para proceder à ampliação (aumentar e alargar) do Cais do Porto da Casa, na Ilha do Corvo.”

c) Diligências efetuadas

Ainda na reunião da Comissão de 9 de março de 2012, esta decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição do primeiro peticionário, Sr. Joaquim do Rosário Ferreira;
- Audição da Associação de pescadores da ilha do Corvo;
- Na sequência das audições anteriores, efetuadas a 19 de julho de 2012, na ilha do Corvo, pela subcomissão de economia, foi decidido ouvir o Sr. Eng.º Mourin Oliveira, responsável pelo estudo prévio do enquadramento das diversas soluções para o Porto da Casa

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

O primeiro peticionário, Sr. Joaquim do Rosário Ferreira, foi ouvido no dia 19 de Julho de 2012, na câmara Municipal da Vila do Corvo, pela subcomissão de economia, tendo feito acompanhar-se pelo Sr. David Câmara.

O primeiro peticionário começou por agradecer a oportunidade que a Assembleia dá aos subscritores da presente petição para explicitarem melhor as suas preocupações e o objetivo da mesma.

O Peticionário começou por referir ser urgente efetuar obras no cais do Corvo, atendendo a que este se encontra estrangulado, devido ao movimento, nomeadamente de mercadorias, passageiros, marítimo turísticas e com a pesca, todas utilizando o mesmo espaço para as suas atividades.

É, por isso, urgente, adiantou, efetuar o alargamento do porto, de forma a dar melhores condições de trabalho e segurança a quem ali desenvolve a sua profissão bem como a todos os utilizadores do mesmo.

Esta situação de estrangulamento do porto tem vindo a aumentar também devido ao aumento embarcações de pesca e da atividade piscatória, que não tem condições de trabalho e segurança na atual situação, problema que se arrasta há demasiado tempo, sem que se resolva este assunto, apesar dos compromissos, referiu.

O Sr. David Câmara, por sua vez, referiu que havia no Corvo apenas 5 embarcações de pesca, tendo passado para 11 embarcações, ao que acresce a atividade do Ariel, pelo que facilmente se compreende as dificuldades de operacionalização do porto, havendo, muitas vezes, conflitos de interesses.

O Sr. David acrescentou ainda ser importante manter-se a rampa de varagem, muito embora com outras condições, porque “como está não está bem”, referiu.

O Sr. David referiu ainda ser este o principal problema do Corvo, e que não obstante a “crise” o porto tem de ser feito a bem dos corvinos e de quem visita a ilha, porque um bom porto é o principal ponto de desenvolvimento de uma ilha.

O Sr. Joaquim Ferreira, referiu que o Governo apresentou aos corvinos diversas soluções alternativas, o que acha bem, mas que se deve ouvir os pescadores do Corvo e outras pessoas entendidas no mar, de forma a se fazer um cais seguro e adaptado à realidade.

O Deputado Jorge Macedo, do PSD, questionou o peticionário sobre as atuais condições da zona de varagem, pretendendo saber se atualmente, em determinadas condições de mar, este chega às embarcações e se estas ficam em local seguro. O Deputado acrescentou ainda, que não conhece o projeto, mas que este deve ser desenvolvido de forma a não provocar aumento da agitação marítima no interior da baía.

O Sr. David Câmara esclareceu o Deputado que as embarcações ficavam varadas na zona da capitania, único local seguro e que o futuro cais deve acrescentar cerca de 30 a 40 metros ao atual para melhorar as condições de ondulação e segurança.

O Deputado Paulo Estevam, do PPM, referiu ser fundamental acrescentar o molhe atual, tendo de ser efetuado um investimento considerável, mas que sirva para o futuro.

O Deputado José Rego, do PS, referiu que ao que sabe, há mais do que uma solução, não havendo ainda qualquer solução definitiva, sendo que esta resultará da discussão e dos estudos que estão a ser realizados pelo Governo.

O Deputado Jorge Macedo, referiu que, em termos de prazo futuro, atendendo a que se está na fase de estudo prévio, caso tudo decorra normalmente, a obra poderá ter início dentro de 15 meses, prazo necessário para a elaboração do projeto definitivo, testes em laboratório, lançamento do concurso, análise de propostas e adjudicação.

O Deputado José Gaspar, do PS, referiu, a título de exemplo, que o porto de São Mateus, na ilha Terceira, foram apresentados 4 soluções, sendo que todas elas foram colocadas em causa por várias pessoas, entre elas muitos pescadores, pelo que só após os estudos e testes em laboratório se pode concluir pela melhor solução, sendo este estudo fundamental, devendo o mesmo ser acompanhado pelos pescadores do Corvo.

2. AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA ILHA DO CORVO

A Associação de Pescadores da ilha do Corvo, através do seu presidente, Sr. Arlindo Pereira, foi ouvida no dia 19 de Julho de 2012, na sede da Associação, pela subcomissão de economia.

O Deputado José Rego começou por enquadrar a visita e audição aos pescadores, porque, referiu, ser fundamental ouvir aqueles que diariamente trabalham e utilizam aquela infraestruturas.

O Sr. Presidente da associação de pescadores agradeceu a oportunidade, referindo que o projeto que foi apresentado aos pescadores não satisfaz, e que teve oportunidade de referir esse facto à Sra. Secretária Regional da Economia. Isto, continuou, porque se for fechado o saco do porto, o mar ao entrar vai ter de sair por algum lado, mas que aguarda mais e melhores estudos, sendo que a ampliação e melhoria do porto é a principal necessidade da ilha do Corvo e dos pescadores.

O Deputado José Cascalho, do BE, pretendeu saber se os pescadores tiveram oportunidade de se pronunciar e dar a sua posição sobre o projeto, ao que o Sr.

Pereira respondeu que sim, mas que se deveria guardar por mais estudos, em particular pelos testes em laboratório, acrescentando ainda que os pescadores foram convidados, pelo Governo, a estarem presentes no Laboratório, para acompanharem os referidos testes.

3. AUDIÇÃO DO SENHOR ENGENHEIRO MOURIN OLIVEIRA

O Eng.º Mourin Oliveira, da WW Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S.A., foi ouvido no dia 30 de Julho de 2012, na Delegação da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada.

Na qualidade de responsável técnico do estudo de viabilidade técnica, operacional e orçamental do prolongamento do cais comercial do porto da casa, da ilha do Corvo, o Eng.º Mourin Oliveira fez uma apresentação, em PowerPoint, que se anexa (anexo 1) ao presente relatório e que dele faz parte integrante, discriminando, de forma exaustiva as condições atuais do porto, as suas condicionantes, dada a sua localização e condições do mar ao largo da ilha do Corvo, os respetivos fundos, discriminou ainda as infra estruturas atuais e a suas condições de utilização, discriminando os problemas atuais que afetam a utilização do porto, bem como as soluções encaradas para dar melhores condições de operacionalidade e segurança ao porto do Corvo, entre as quais o prolongamento do molhe-cais, a construção de um núcleo de pesca e de recreio e respetivas soluções alternativas, bem como a análise comparativa das 3 soluções apresentadas.

O Eng.º Mourin Oliveira, ao terminar a sua apresentação, deixou ainda à Comissão de Economia um documento, intitulado “ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E ORÇAMENTAL DO PROLONGAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DA CASA, ILHA DO CORVO” que se anexa ao presente relatório e que dele faz parte integrante.

O Deputado Jorge Macedo, pretendeu ser esclarecido relativamente a dois aspetos, nomeadamente de qual a onda de projeto utilizada e se o molhe transversal para a criação de uma zona de abrigo é galgável ou não.

O Eng.º Mourin Oliveira esclareceu o Deputado que o molhe é de facto galgável, muito embora ainda seja cedo para o concluir em definitivo, faltando ainda outros estudos complementares.

O Deputado Lizuarte Machado começou por referir não ter dúvidas quanto às soluções técnicas apresentadas, e que no Corvo, não se consegue um porto operacional durante todos os dias do ano, bastando para tal olhar a história.

Mais referiu que no Corvo as instruções têm de ser muito precisas e os meios de transporte bem definidos, atendendo a que este tipo de obras são definitivas, devendo servir durante décadas.

O Deputado manifestou a sua convicção de que a solução deveria ir mais além, não se limitando às embarcações atuais, prevendo outro tipo de navio, eventualmente um navio com rampa ro-ro de 50 metros e 50-60 passageiros, pelo que propõem um prolongamento desfasado, parecido com a solução apresentada para os 140 metros.

O Deputado Lizuarte referiu ainda, que seria interessante prever um armazém de 350 a 500 m², com o objetivo de colocar a carga que chega no navio, dando outras condições de receção e entrega da mesma.

O Eng.º Mourin Oliveira concordou com a generalidade das observações do Deputado Lizuarte, mas que no entanto, a proposta do Deputado Lizuarte implicaria o rodar ligeiramente o molhe, para aumentar o abrigo, nunca tendo sido pensada essa solução, uma vez a mesma diminuiria a frente de acostagem, sendo preferível fazer a rampa o mais chegado atrás possível.

O Deputado Lizuarte esclareceu que a questão do desfasamento tinha a ver com a instalação da rampa ró-ró e armazém de carga. Outra questão, referiu, é a cabeça do molhe, uma vez que a atual cria vórtices e daí a possibilidade de se ter uma cabeça com proteção para evitar os mesmos.

O Eng.º Mourin Oliveira referiu que quanto ao armazém o mesmo seria importante, mas a ideia pode ser desenvolvida com um armazém de segunda linha, fora do porto, para não apertar este.

Quanto à cabeça do molhe, o Eng.º Mourin concordou com a observação do Deputado Lizuarte.

O Deputado Jorge Macedo referiu que as observações do Deputado Lizuarte foram pertinentes e que nesta fase não são de esperar grandes definições (pela proximidade de um ato eleitoral), até porque o estudo foi desenvolvido com base no atual sistema de transportes marítimos. O Deputado colocou ainda a questão relativa à hipótese de colocar o cais desfasado de 140 metros, se essa solução obrigaria ou não à construção do contra molhe para a criação do Núcleo de Pesca e de Recreio.

O Eng.º Mourin esclareceu o Deputado que o prolongamento do molhe em 140 metros não resolveria outros problemas para além de permitir um navio com rampa r6-r6, iria continuar a haver a “promiscuidade” entre atividades e setores, pelo que a solução melhor seria, acrescentou, em separar os setores, o que lhe parece fundamental para a operacionalidade de toda a infraestrutura, devendo, na sua opinião, a obra ter início pela parte interior.

O Deputado José Rego referiu que uma das questões levantadas a quando da visita da Comissão à ilha do Corvo, tinha a ver com os prazos de execução, não se prevendo o início da obra antes de 2014, solicitando o parecer do Eng.º Mourin para esta questão, tendo sido esta ideia corroborada pelo Eng.º Mourin, que referiu que a obra só terá condições de avançar no ano de 2014.

O Deputado Pedro Medina, do CDS-PP, pretendeu ver esclarecida uma dúvida relacionada com a construção da rampa mais recuada, se esta solução poderia obrigar a mexer com o “braço” previsto numa das soluções, para não se perder alguns metros na entrada do porto.

O Eng.º Mourin esclareceu o Deputado que de facto assim pode acontecer e que é por isso que todas as soluções devem ser equacionadas e estudadas.

O Deputado Pedro Medina concluiu a sua intervenção referindo que a solução deverá ser global e que a sua implementação é que pode ser faseada.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição e efetuada a respetiva análise, a Comissão de Economia aprovou por **unanimidade**, as seguintes conclusões:

1. A presente Petição cumpre com os requisitos formais definidos para o exercício do direito de petição no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e com o disposto na Lei 43/90, de 10 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto;
2. A Ilha do Corvo dada a sua pequena dimensão e configuração é, em situações de mau tempo, contornada pelo mar, venha ele donde vier, sendo que, a mesma não dispõe de qualquer baía ou recorte de costa significativamente abrigado;
3. O seu porto – Porto da Casa- fica situado a SE da ilha numa pequena enseada, ela própria muito desabrigada;
4. O Porto da Casa, com pouco mais de 70 m e insuficientes fundos de serviço, tem a orientação WSW-ENE pelo que é exposto ao mar e vento desde Sul passando por SE e até E, e em situação de temporal fica exposto a mar grosso de qualquer quadrante;
5. A atual infraestrutura tem problemas de operacionalidade e de segurança sendo que, os pontos críticos identificados os seguintes:
 - Espaço exíguo do cais e dos terraplenos o que dificulta o estacionamento das embarcações de pesca, do recreio náutico e o embarque e desembarque de mercadorias e passageiros;
 - Mau estado da rampa o que faz depender a varagem das embarcações apenas das gruas ficando impossibilitada uma resposta em situação de emergência ou simples avaria das mesmas;
 - Criação de vórtices ao longo do cais, provocados sobretudo pela atual cabeça monolítica retangular do molhe;
 - Impossibilidade da operação de navios Ro-Ro, independentemente do seu tamanho;

- Impossibilidade de separação das diversas valências – atividades da pesca, recreio náutico, transporte de passageiros e de mercadorias – que operam no porto;
- Degradação excessiva do talude exterior do molhe_cais, com forte sobrecarga e galgamentos frequentes do muro-cortina.

6. Tendo em vista alterar esta situação, o Governo Regional através da Resolução do Conselho de Governo, de 13 de Julho de 2011, decidiu *“mandar elaborar o estudo de viabilidade técnica, operacional e orçamental do prolongamento do cais comercial do Porto da Casa, contemplando a possibilidade de, numa única intervenção, proceder, igualmente, à ampliação do parque de estacionamento de embarcações”*;

7. O Estudo foi concluído em Abril de 2012, apresentado no Corvo em Junho de 2012 à comunidade portuária e do qual se extrai as seguintes soluções:

- Construir um Núcleo de Pesca e de Recreio e permitir o prolongamento do Molhe-Cais;
- Fasear a construção iniciando pela construção de um Núcleo de Pesca e de Recreio, porque permite:
 - ✓ Melhorar as condições de operacionalidade e segurança das atividades das pescas, recreio náutico e marítimo-turísticas, em virtude dos novos cais terem melhores condições de abrigo;
 - ✓ Retirar estes sectores do cais comercial, com repercussões muito positivas na segurança dos utentes;
 - ✓ Ampliar a área de estacionamento em terra, com boas condições de segurança, evitando a utilização da rampa de acesso ao porto;

8. Evitar tomar uma opção sobre o prolongamento do molhe-cais, quando ainda se encontra em estudo o sistema de transportes marítimos.
9. É pertinente avançar em simultâneo, ou em fases sequenciais, com a construção do Núcleo de Pesca e de Recreio e a ampliação do molhe cais, para permitir economia de escala com implicação no custo global da obra, que pode ser agravado com a mobilização e desmobilização do estaleiro e a importação de materiais, caso a obra seja realizada por duas fases.
10. De forma a melhorar a operacionalidade do porto, bem como a segurança e a entrega de mercadoria, é conveniente a construção de um armazém logístico de apoio, fora do perímetro do porto, para o efeito.
11. A Petição em causa, por ter mais de trezentos subscritores, deverá ser apreciada em reunião Plenária, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ponta Delgada, 30 de julho de 2012

O Relator, Duarte Manuel Braga Moreira

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente, José de Sousa Rego

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ponto anterior da ordem de trabalhos, tivemos oportunidade de discutir já de uma forma aprofundada esta temática, pelo que não irei prolongar muito a minha intervenção.

Quero apenas referenciar que esta petição contou com o apoio de toda a população da Ilha do Corvo, dos diversos intervenientes políticos de todos os

partidos com representatividade na ilha e que a população apoiou entusiasticamente.

Devo dizer que em relação ao relatório da Comissão os pontos críticos estão muito bem assinalados, estas são de facto as maiores dificuldades. A Comissão fez um ótimo trabalho.

Em relação às questões que sugerem sobre a operacionalidade já técnica, o conteúdo mais técnico está no ponto 7, 8 ou 9. Como nós tivemos oportunidade de verificar até pela apresentação que o Sr. Secretário já fez dos projetos na Ilha do Corvo, esta visão técnica já está ultrapassada.

A opção é por uma intervenção muito mais ambiciosa do que aquela que é aqui proposta.

Nesse sentido obviamente que aquela que é a decisão do Governo Regional, que vai muito mais longe e resolve a médio e longo prazo, eu diria mesmo a longo prazo, resolve o problema, enquanto a outra opção que é aqui apontada, continuava a ter limitações e não resolvia de forma nenhuma a questão.

Portanto, penso que as coisas estão bem encaminhadas para que a opção venha a ser para resolver esta questão e dar-lhe todas as capacidades.

Portanto, nesse sentido só não concordo com estes pontos (7, 8 e 9), na medida em que já estão ultrapassados e já temos uma visão muito mais ambiciosa sobre esta questão, a respeito da qual quero até congratular o Governo Regional em relação à decisão que tomou.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar cabe, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, felicitar os peticionários por mais esta manifestação de cidadania.

Os argumentos que o PSD aduziu na discussão do Projeto de Resolução, apresentado há pouco pelo PPM, já foram explanados.

Cabe também aqui uma palavra de grande apreço, a uma pessoa que já não está aqui entre nós, está a desempenhar outras funções, o ex-Deputado Dr. José do Rego, que é atualmente Adjunto do Vice-Presidente do Governo Regional .

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Julgo que é merecida e justa uma palavra de reconhecimento pelo excelente trabalho de condução ao longo de todo o percurso em que foi presidente da Comissão de Economia, mas em particular nas audições e na elaboração de todos os procedimentos que originaram o presente relatório.

Voltamos apenas e só a referir que também foi muito importante para a Comissão conhecer as soluções que estavam a ser equacionadas, que estavam em cima da mesa, através da explanação de um técnico que foi convidado para mostrar as soluções que estavam a ser estudadas em sede de Comissão de Economia.

Permitiu que os Deputados que estavam a analisar esse relatório pudessem ter mais massa crítica no sentido de também aprofundarem todas essas matérias, conducentes a uma decisão que não é fácil (reconheço que não é fácil), porque estão em causa benefícios e custos, numa altura de dificuldades económicas, de constrangimentos.

A decisão tem de partir de equação que julgo que deverá ter como principal pressuposto adequar aquela infraestrutura às valências que os açorianos, os Açores querem fazer alargar desde o extremo oriental do arquipélago, até ao extremo ocidental do arquipélago.

De qualquer modo julgo que estão lançadas as bases para que de um modo célere se possa avançar com o projeto, todos os procedimentos concursais que permitam a curto prazo fazer a adjudicação da obra.

Foi nos referido também que a execução daquela obra tem também ela, em função das soluções que forem encontradas, constrangimentos, porque poderá haver, face à solução que for encontrada a necessidade de pré-fabricar parte do molhe, não no Corvo e depois essa parte do molhe ser rebocada até à Ilha do Corvo para depois ser afundada na construção do respetivo molhe e na beneficiação daquele que lá existe.

Há um pormenor que também julgo que deverá ser equacionado, que já foi falado esta manhã, que é, por diversas vezes nós temos assistido a repetição de obras, reformulação de obras já com a obra em curso, porque os utilizadores daquela infraestrutura se manifestam contra (isso tem acontecido por diversas vezes). Naturalmente que qualquer alteração do programa de trabalhos e do projeto, quando a obra já está a decorrer, traduz-se em encargos muito elevados. Por isso mesmo já foi dito esta manhã, penso que pela Deputada Zuraida Soares, que é importantíssimo que se ouça aqueles que utilizam o Porto da Casa, de modo a que não tenhamos, como em outras circunstâncias, de estar a alterar o projeto, utilizando um modelo à escala real, porque nessas circunstâncias a obra encarece muitíssimo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PS saúda desde já os peticionários desta iniciativa, cujo conteúdo é de extrema importância para o Corvo e para os Corvinos.

É sempre relevante e válido quando as populações se manifestam exercendo o seu direito cívico principalmente em assuntos tão importantes como é o caso de uma infraestrutura tão fundamental como esta.

Como já referenciei antes na intervenção que fiz no projeto de resolução apresentado pela representação parlamentar do PPM, o grupo parlamentar do PS está em sintonia com a pretensão dos peticionários.

Esta obra em muito vem dignificar a ilha do Corvo, a qualidade de vida dos Corvinos e as condições de segurança e trabalho daqueles que usufruírem da mesma, e por isso mesmo é que o governo do partido socialista assumiu o compromisso de a mesma ser executada nesta legislatura.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É a segunda vez neste Plenário que eu tenho a oportunidade de dizer, a propósito da análise de uma Petição, que tudo está bem, quando acaba bem.

Aconteceu há dois dias atrás com uma Petição que visava proteger e salvaguardar uma pequena relíquia paisagística, digamos assim, da Ilha de S. Miguel, que era a Alameda dos Plátanos na Povoação e acontece agora com esta Petição que reivindica que o Governo Regional inicie de imediato, dizem os peticionários e peticionárias, e de imediato era então outubro de 2011, mas que o Governo Regional inicie os procedimentos necessários para a ampliação do cais do Porto da Casa na Ilha do Corvo.

Ora, a aprovação unânime nesta casa ainda há duas horas atrás do Projeto de Resolução, de iniciativa do PPM, que visa dar corpo e dar iniciativa legislativa exatamente a esta pretensão dos peticionários, é a melhor resposta que esta câmara lhes pode dar, reconhecendo a razão, a justiça e o valor daquilo que reivindicam.

Tudo isto acaba por provar e o facto de podermos dizer num só Plenário que tudo está bem, quando acaba bem, acaba por ser a prova evidente de que a iniciativa cidadã, de que a Petição é um instrumento vale sempre a pena e de facto valeu a pena para estes peticionários que saúdo evidentemente desta bancada.

Muito obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições e não havendo encerramos assim este ponto.

Passamos então para a discussão do ponto 14 da nossa agenda: **pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 18/X - criação do Canal Parlamento/Açores - apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para justificar a urgência.

Deputado José San-Bento (PS): Seja rápido!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo aparte do Sr. Deputado San-Bento já vi que existe uma certa propensão para chumbar esta urgência.

Vou tentar demonstrar que esta questão é de facto uma questão urgente e que deveríamos discutir já.

Deputado Francisco César (PS): Urgente, Sr. Deputado? Acha mesmo?

O Orador: Acho.

Pergunta-me o Sr. Deputado Francisco César, se eu acho que é urgente. Acho!

Deputado Francisco César (PS): Tem que fundamentar, Sr. Deputado!

O Orador: Acho que é urgente que os trabalhos parlamentares sejam transmitidos em direto, acho que é urgente que os trabalhos das comissões parlamentares sejam transmitidos, tal como acontece na Assembleia da República, para dar visibilidade aos trabalhos da democracia açoriana. É urgente. Não devemos perder um único dia em relação a esta questão.

Mais do que isso, é urgente, porque este Projeto de Resolução, também além de querer defender a dignidade deste Parlamento, aumentando, melhorando a comunicação entre os trabalhos parlamentares e a população em geral, além de pretender atingir esse objetivo que é um objetivo urgente e colocando este parlamento com o mesmo tipo de comunicação que a Assembleia da República já tem, porque neste momento os açorianos tem mais oportunidade de seguir os trabalhos da Assembleia da República, do que têm de seguir os trabalhos da sua própria Assembleia e isso é possível. Nós temos que o equacionar. Já estamos atrasados nesta questão, porque entretanto a Assembleia da República começou por resolver o problema em termos do Canal Parlamento e agora já está em sinal aberto e nós ainda não iniciámos este processo, a não ser através da transmissão on-line.

Portanto é urgente. É urgente por causa desta vertente do Parlamento, mas é urgente também por uma outra questão que é a RTP Açores.

O que estamos a preparar é uma intervenção que permite atingir os objetivos do parlamento e, ao mesmo tempo, permite também melhorar e criar mais um

mecanismo da defesa da RTP Açores, dando-lhe de facto um horário institucional, de cobertura do Parlamento, aproveitando aqueles que são os seus meios porque o Parlamento Nacional já está a gastar 2 milhões e meio de euros neste Projeto e nós podemos, em colaboração com a RTP Açores garantir a transmissão dos plenários e das comissões, garantindo ao mesmo tempo que a transmissão dos conteúdos da RTP aumentem exponencialmente e garantir também que a importância estratégica da RTP para a autonomia açoriana e para o nosso sistema parlamentar também aumente.

Portanto, neste momento em que estamos em plena reestruturação, em que iria dizer o Sr. Ministro Miguel Relvas, naquele discurso que foi interrompido (mas eu já vi a versão que não foi lida) que nos próximos meses vai concluir a reestruturação da RTP e vai apresentar aquela que é a sua visão em relação ao conjunto da empresa, é muito importante que nos antecipemos e forcemos nestes meses que antecedem a reestruturação porque temos aquela que é a capacidade estratégica da RTP Açores.

Portanto acho que é bastante urgente, não tenho nenhuma dúvida que é este o momento do Parlamento dos Açores.

Se não o que é que vai acontecer?

Em março temos a discussão do orçamento, portanto em março não será discutido de certeza absoluta, só será discutido em abril e a Sra. Presidente do Parlamento só poderá iniciar as conversações, a negociação, muito mais tarde, ou seja, isto irá arrastar-se para maio ou junho.

Deputado Francisco César (PS): E por que é que não pode ir à comissão?

O Orador: Já será tarde de acordo com a calendarização que o próprio Ministério tem em relação a este assunto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sr. Deputado!...

O Orador: Portanto, meus senhores temos todas as condições para iniciar neste momento o debate sobre esta questão e eu considero que esta urgência que nos ocuparia mais umas horas durante esta tarde, teria um efeito benéfico muito grande para a RTP Açores e para o Parlamento. É nisto que temos que pensar.

A nossa prioridade, a nossa urgência é fazermos aquele que é o nosso dever, por isso para o PPM esta questão é de facto uma questão muito urgente. Podemos dar um grande contributo para RTP Açores e para a transmissão dos trabalhos do Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera esta iniciativa do PPM, uma iniciativa que tem mérito, que é muito importante e que merece uma profunda discussão e reflexão.

Portanto e por isso mesmo, pelo que acabei de dizer, julgo que deve baixar à Comissão, para que em sede de Comissão possa ser devidamente avaliada e eventualmente recolher contributos de todas as bancadas com assento parlamentar.

Julgo que o caminho deve ser esse e não o da aprovação com a urgência que V. Exa. acabou de justificar, que eu percebo, mas julgo que o melhor caminho será de facto a baixa à Comissão para que aí possa ser alvo de uma discussão com mais tempo, mais aprofundada e eventualmente com o acolhimento por parte de V. Exa. de alguns contributos que as restantes bancadas possam dar a esta iniciativa.

Julgamos que é fundamental que o objeto seja atingido, de que a cobertura dos trabalhos parlamentares tenham essa cobertura e a dignidade que V. Exa. está a querer dar-lhe por via dessa iniciativa, mas julgamos que não tem a urgência que V. Exa. aqui colocou.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que o PSD concorda com esta iniciativa, aliás por uma questão de princípio e que não vê inconveniente na aprovação do seu pedido de urgência.

Nós entendemos que o plenário tem condições de discutir e aprovar o Projeto na generalidade, digamos assim permitindo-nos desta forma desencadear, desde já, no início da legislatura, as diligências políticas e técnicas que levarão à sua apreciação na especialidade.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não há especialidade. Trata-se de um Projeto de Resolução!

O Orador: Ou seja o objeto do diploma é que a Assembleia inicie a negociação de um protocolo com a RTP para a futura criação do Canal Parlamento Açores. O que significa isto? Que os termos concretos do protocolo em apreço poderão ser posteriormente apreciados em Comissão e votados num próximo Plenário.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é urgente!

O Orador: Mas isso não invalida que a Assembleia tome já a decisão política de criar um Canal Parlamento.

É neste contexto que votamos favoravelmente a declaração da urgência e dispensa de exame em Comissão.

O PSD está sempre disponível e preparado para aproximar o Parlamento aos açorinos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento o quadro que se vive em termos da exposição televisiva deste Parlamento, é um quadro de sujeição deste Parlamento a critérios de programação ou critérios jornalísticos e sem qualquer sentido pejorativo em relação aos critérios jornalísticos, penso que os eleitores dos Açores, os eleitores que deram os votos aos Deputados que estão nesta casa, merecem

efetivamente ter oportunidade de acompanhar, de fiscalizar e de verem os trabalhos efetuados por esta casa na sua íntegra e não por um qualquer filtro jornalístico, pese embora a análise jornalística, a análise política, a análise de comentadores, tem todo o seu lugar e todo o seu sítio próprio, no espectro político regional.

Não deve, nem pode, é substituir-se a uma oportunidade integral de transmissão integral e dos eleitores fiscalizarem diretamente a atividade dos seus eleitos.

Não podemos deixar escapar a oportunidade, e por isso é que o CDS/PP aprova a urgência de num quadro em que a RTP S.A. passa por profundas alterações, algumas delas que terão lugar a breve prazo, de tomar desde já a aprovação da criação dum canal para este Parlamento e nos moldes aqui propostos para que isso se inicie quanto antes e para que essa posição seja desde já sinalizada junto da RTP.

Tememos que daqui a dois, três meses, quando a tramitação em sede de Comissão levar a que esta questão esteja finalmente aprovada, seja efetivamente se calhar tarde de mais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PS considera de facto que esta é uma questão bastante importante, a divulgação dos trabalhos do Parlamento.

Ela tem estado muito limitada, um pouco por força das limitações dos próprios órgãos de comunicação social dos Açores e consideramos a iniciativa que aqui foi trazida pelo PPM, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, importante.

Mas é no entanto de uma grande complexidade, porque primeiro, e não vou pronunciar-me sobre a substância do Projeto de Resolução, uma vez que estamos a discutir aqui apenas a urgência, transformar a RTP num veículo de divulgação dos trabalhos parlamentares, é uma situação complicada, do ponto

de vista jurídico, do ponto de vista técnico e do ponto de vista de compatibilizar as missões e os interesses das duas instituições.

É um assunto bastante importante que merece, como aqui já foi dito, uma profunda reflexão, a audição de diversas entidades da sociedade civil, da própria RTP, por isso achamos que o processo deve seguir, o processo legislativo comum, ou seja, deve baixar à Comissão para aí ser devidamente estudado e para já damos todo o nosso apoio e colaboração em sede de comissão.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do ponto de vista daquele que era o nosso objetivo de contribuir para a divulgação dos trabalhos do Parlamento e dessa forma melhorar também a visibilidade deste parlamento, mesmo agora no mês de dezembro, nós tivemos oportunidade de alguma comunicação social dizer, ou pelo menos não desmentir, que o parlamento no mês de dezembro não fez nada, exatamente porque ninguém estava a observar os nossos trabalhos das comissões parlamentares e porque não há uma plena divulgação daquilo que significa o trabalho parlamentar.

Portanto esta questão é uma questão da maior importância. Que as pessoas percebam o que estamos a fazer, que estejam mais próximas, que estejam

próximas das decisões políticas, que acompanhem o trabalho dos seus parlamentares e do Parlamento enquanto instituição.

É uma questão fundamental e é uma questão que nós poderíamos fazer com empresas privadas. Podíamos fazer isso! Era mais fácil do ponto de vista jurídico. Era mais fácil até do ponto de vista técnico, mas não era e não é esse o espírito desse Projeto de Resolução, porque nós queremos resolver o problema da visibilidade do parlamento, mas também queremos salvaguardar com este Projeto a importância estratégica da RTP Açores.

Já vi aqui muitas vezes as bancadas todas do Parlamento dizerem que a RTP Açores é um instrumento estratégico para a autonomia dos Açores.

Bom, mas temos que fazer alguma coisa de concreto. Esta proposta é de fazer em tempo útil, alguma coisa de concreto, porque tenho medo que isto se arraste durante o mês de maio, junho, julho.

Portanto, eu tenho medo que não se resolva esta questão em tempo útil, porque aqui como bem foi dito pelo Grupo Parlamentar do PSD, trata-se de tomar uma decisão política.

Evidentemente, que depois os termos do protocolo teriam que ser devidamente discutidos e aprovados neste Parlamento.

A decisão política é: queremos ou não que seja implementado o canal Parlamento Açores em parceria com a RTP Açores? Esta era a questão política. Queremos ou não queremos?

Se queremos, temos que mandar os órgãos competentes. Seria com certeza a Sra. Presidente do Parlamento a chefiar e a conduzir este processo, iniciando as negociações e depois de serem ouvidas as diversas partes e de equacionadas todas as dificuldades e todas as potencialidades então nós aprovaríamos o respetivo protocolo.

Mas a decisão política era esta: queremos criar o Canal Parlamento?

Queremos que no âmbito desta criação também se conjugue as potencialidades que a RTP Açores tem, reforçando a sua capacidade estratégica também e a sua capacidade institucional, contribuindo para salvaguardar a RTP Açores?

Era esta a pergunta, era esta a urgência.

Portanto o chumbo desta urgência não permite que a resposta seja desde já dada e que a eficácia que se procurava se consiga obter da forma política como nós o pretendíamos fazer.

Essa decisão política foi adiada e tenho muita pena de não ter tido nesta matéria o apoio do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP justificou o seu sentido de voto, mas não posso deixar de reafirmar aqui perante esta câmara e perante as açorianas e açorianos de que a urgência que é dada a determinados assuntos, regimentalmente não é só esta, isto é, não é o pedido de urgência com dispensa de exame em Comissão, é que há pedidos de urgência com exame em Comissão, o que acelera os procedimentos.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão julgo que essa seria também uma forma de poder acelerar o processo, uma vez que estamos todos, em princípio, de acordo quanto à pertinência do seu projeto, à valia do seu projeto, mas efetivamente não há nenhuma necessidade de estarmos aqui a precipitar uma decisão.

V. Exa. podia, em termos regimentais, ter pedido a este Plenário a urgência, mas com exame em comissão.

V. Exa. também tem alguma responsabilidade relativamente a esta questão, visto que tinha outro instrumento regimental para acelerar o processo.

Portanto, Sr. Deputado, a Representação Parlamentar do PCP continua a afirmar que o Projeto que V. Exa. apresenta é importante, é fundamental que eventualmente venha a ser aprovado, com contributos ou não das outras bancadas, mas julgo que eu, e ao contrário da posição que o PSD teve, que tem de seguir este trâmite normal, ainda que se lhe pudesse colocar alguma urgência se V. Exa tivesse pedido a urgência só com exame em comissão.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não tendo sido aprovada a urgência vamos passar então de imediato para o ponto 16 da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X - medidas complementares ao subsídio de desemprego.**

Para justificação da urgência tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação económica que a nossa região conhece, a maior crise da Autonomia, é para o PSD/Açores motivo mais que suficiente para justificar a urgência da análise desta proposta, uma vez que ela se destina a acudir a quem se encontra a viver momentos de grande aflição.

Como o nosso partido tem dito, estamos totalmente disponíveis para encontrar soluções e para ajudar a encontrar respostas que possam de alguma forma ajudar as açorianas e açorianos que se encontram sem trabalho e sem rendimentos, especialmente nos casos em que ambos os cônjuges se encontram em situação de desemprego.

Aliás, a nossa Região tem atualmente o maior desemprego de sempre.

Os desempregados dos Açores não podem esperar e justificam, por si só, a urgência da análise desta proposta, que julgamos constituir mais uma resposta, e uma resposta boa, aos dramas que vivem milhares de famílias nas nossas ilhas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Aqui está um assunto que é urgente. É fundamental que se encontrem medidas como estas, ou outras, que eventualmente ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Diga Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a falar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Ah ok! Pensei que

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Lebre ou coelho?

Presidente: Sr. Deputado, não entre em diálogo.

Faça favor de continuar.

O Orador: Como eu estava a dizer aqui está um tema que de facto é urgente. É fundamental que se encontrem medidas complementares de apoio, designadamente a quem está a beneficiar (não será bem o termo, porque é um direito) do subsídio de desemprego ou quem se vê com este apoio diminuído.

Mas a questão é a seguinte: sendo de facto um assunto sobre o qual importa tomar medidas rapidamente, há aqui uma questão que importa salientar.

Tanto quanto é do conhecimento da Representação Parlamentar do PCP, há já um conjunto de medidas, anunciadas pelo Governo Regional, que vão neste sentido.

Por outro lado, embora não seja propriamente o objeto desta minha intervenção, não posso deixar de referenciar uma outra questão que considero importantíssima nesta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Se lerem com atenção o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto parágrafos dos considerandos, verifica-se aqui um reconhecimento, e é justo que se diga, do Grupo Parlamentar do PSD, da forma errada e todas as injustiças que daí decorrem, relativamente às políticas que têm sido adotadas pelo vosso Governo na República.

Nos primeiros quatro parágrafos (que se viermos a discutir esta iniciativa aqui, terei oportunidade de voltar a eles) reconheço coragem, porque de facto

admitem aqui, não só os erros, mas a injustiça que as vossas políticas na República promovem no território nacional, mas também estendem-se à RAA. Relativamente à questão da urgência não posso deixar de dizer o seguinte: havendo urgência em encontrarmos soluções para o apoio aos desempregados e para as medidas complementares de apoio aos desempregados, julgo que face até ao que já existe, anunciado pelo Governo e posto em prática nalgumas vertentes pelo Governo, este diploma merece também o exame em Comissão. Daí que a Representação Parlamentar do PCP, irá votar contra a urgência, lembrando que as urgências também podem ser feitas com pedido para exame em Comissão.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está só o Sr. Vice-presidente!

O Orador: Ele hoje está muito sozinho!

Nós vemos com agrado estas propostas que o PSD aqui traz, porque efetivamente o que verificamos na Região, é que as medidas que o Governo Regional tem implementado não têm surtido efeito, ou têm surtido pouco efeito, porque cada vez que há medidas anunciadas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumenta o desemprego!

O Orador: ... corresponde a um aumento de desemprego anunciado no Boletim Estatístico do Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Portanto, talvez se elas vêm por outras mãos pode ser que não aconteça esse efeito perverso.

Portanto, nessa medida consideramos oportuno, consideramos as medidas bem estruturadas, que podem ser discutidas efetivamente em sede de plenário e como tal nós iremos votar a favor da dispensa de urgência desta Resolução.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A situação económica a que o país está sujeito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Região! Fale da Região!

O Orador: ... e a que as medidas de austeridade que têm vindo da República, têm tido efeito quer no País, quer na RAA e que nos condicionam em muito a nossa atividade económica, tem feito com que o número do desemprego tenha aumentado nos Açores, que as nossas empresas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: ... tenham tido um aumento nas suas dificuldades e isso obrigou a que o Governo tenha rapidamente, em 43 dias, anunciado, o mais rapidamente possível, cerca de 60 medidas para promover a criação de emprego.

O Governo ainda recentemente anunciou 3 programas de apoio ao emprego jovem e à produção regional, no sentido de incentivar a economia regional, o emprego e também anunciou há pouco tempo um programa “Recuperar”, um programa de inserção profissional destinado a desempregados que não estejam a usufruir do subsídio de desemprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos postos de trabalho cria?

O Orador: Foram medidas pensadas e devidamente sistematizadas.

Aquilo que nós verificamos é que o PSD traz aqui uma proposta que naquilo que concerne às políticas ativas de criação de emprego, não é mais nem menos, do que uma cópia de uma medida que já existe.

Neste sentido aquilo que nós achamos é que ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é discutir a urgência?

O Orador: Se me permitir enquadrar.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Sr. Deputado a forma como eu conduzo a minha intervenção é da minha responsabilidade. No final terão oportunidade, ou a Sra. Presidente, de a julgar.

A urgência, a meu ver, não se põe, porque tendo em conta que naquilo que concerne às políticas ativas de criação de emprego, essa proposta é muito semelhante à proposta do Governo e nas restantes matérias que esta proposta tem, de apoio aos desempregados, elas devem ser estudadas devidamente e devem ser ouvidos os parceiros sociais, nós achamos que este diploma não tem a pertinência de ser analisado, aprovado ou rejeitado aqui, sem nós termos uma discussão mais alargada.

Neste sentido aquilo que o PS considera, e vai consubstanciar no seu sentido de voto, é que esta urgência não tem razão de ser.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Coelho da direita!

O Orador: ... o único sobrevivente aqui neste Plenário:

Há aqui uma questão que é fundamental, é que este Parlamento tenha capacidade operacional, e as urgências existem para que o Parlamento tenha capacidade operacional de responder a curto prazo às questões que se colocam...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Absolutamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer dizer, não se ouvem os trabalhadores, não se ouve os empresários, não se ouve ninguém!

O Orador: ... ainda para mais vivendo na conjuntura, do ponto de vista dos Plenários, que vivemos. Os senhores sabem que não pode ser discutida mais nenhuma matéria, a não ser a matéria orçamental no mês de março.

Portanto, os senhores ao inviabilizarem a discussão deste diploma, estão a remetê-lo para as Calendas Gregas.

Nós temos de facto uma situação urgente. O desemprego é ou não uma questão urgente?

É absolutamente fundamental que se implementem as políticas para o combate ao desemprego.

Os senhores têm vindo a dizer à oposição constantemente: “remetam as vossas medidas! Remetam as vossas medidas! Nós queremos ver! Nós queremos o vosso apoio!”

A oposição tem aqui uma solução, aliás um diploma muito bem estruturado e uma excelente proposta.

O Sr. Deputado Francisco César dizia: “eu não concordo com este diploma!” Então vamos discuti-lo. Vamos discutir este diploma e o senhor apontará as suas fragilidades, os outros apontarão as suas potencialidades e no final vamos chegar a um debate em que vamos sintetizar as nossas opiniões.

O que os senhores estão a inviabilizar é um mecanismo de combate ao desemprego e a enviá-lo para daqui a dois meses, quando a conjuntura se está a agravar todos os meses, todos os dias. Essa é que é a questão.

Os senhores estão a inviabilizar o combate, desde já, a esta questão, a uma questão premente, como é o combate ao desemprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Cada dia é um dia em que temos mais desempregados. Cada dia! Cada semana! Cada mês! E os senhores não estão a permitir que de facto se faça este combate com eficácia e que se faça desde já esta discussão.

Srs. Deputados têm mais alguma coisa para fazer? Eu, o que tenho para fazer é discutir estas questões, nem que fosse durante todo o dia ou durante a noite. Não interessa. Isto é que é urgente fazer, este debate político.

Se há debate que é urgente na região é o debate sobre o desemprego. É o debate que os senhores estão a inviabilizar neste momento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Cumpra-se o regimento!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim vamos passar à votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS e a bancada do PS fundamentam o seu sentido de voto pelo facto de na semana passada ter entrado em vigor uma medida que é praticamente igual a esta medida.

Neste sentido não há urgência de aprovarmos uma medida que na sua maior parte já existe.

Por isso é que o PS logicamente quer ouvir os parceiros sociais, quer ouvir os trabalhadores, quer ouvir as organizações representativas do setor.

Portanto esta proposta merece ser melhor analisada na Comissão porque ela na sua maior substância e nos seus maiores efeitos já foi aprovada e já existe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A questão é em relação à votação desta iniciativa o PPM não teve nenhuma dúvida.

A questão do desemprego é ou não uma questão prioritária? É.

Bom, dir-me-ão: nós não temos dúvidas que isso é uma cópia de uma coisa que já existe.

Bom, se não têm dúvidas não precisam consultar mais ninguém. É um contrassenso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: Quem não tem dúvidas, quem diz: “nós já tirámos todas as conclusões sobre isto! Isto é uma cópia!”

Então vão ter que o provar, no âmbito do debate.

Mas não. O que é que defendem? Um absoluto contrassenso.

Então vamos consultar os parceiros socais, vamos analisar melhor.

Então, mas se já têm uma conclusão tirada, por que é que vamos analisar e prolongar este trabalho?

Há aqui um contrassenso em relação a um posicionamento de inviabilizar uma questão que é fundamental, dizendo que é preciso analisá-la melhor, mas entretanto já anunciam uma conclusão.

Isto não pode ser. Não é um trabalho, nem um debate parlamentar sério.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é uma declaração de voto, Sr. Deputado!

O Orador: De facto, para nós, e quero terminar Sra. Presidente, o desemprego é uma questão absolutamente fundamental. Sabemos que no mês de março este diploma não pode ser discutido, sabemos que seria sempre lançado para o mês de abril.

Eu digo-vos uma coisa: se esta questão não é prioritária, se esta conjuntura de não podermos debater esta questão em março, não é prioritária, eu pergunto então o que é que será prioritário e urgente neste Parlamento?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Parece-me que se há matéria que é mais que urgente, aliás é de uma emergência social enorme discutir, é esta matéria.

O PS ao não querer discuti-la hoje, aqui, está a negar uma das mais elementares funções desta casa, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas esta casa vai discutir isso, na comissão!

O Orador: ... que é debater, discutir aqui nesta casa um diploma com esta qualidade.

Deputado José San-Bento (PS): 60 medidas!

O Orador: O que PS quer é ganhar tempo para fazer politiquice. É isso que o PS quer.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor quer é ganhar mais tempo para apresentar mais medidas!

O Orador: Quando o último número do desemprego da RAA, vítima das políticas do Governo Regional dos Açores, é 16,3%, subiu estrondosamente quando se tinha prometido há um ano nesta Casa, que era um ajuste trimestral e que depois em junho do ano passado o desemprego descia, o que aconteceu foi que subiu mais do que um ponto percentual e portanto esta Casa hoje discutia aqui estas medidas e via qual era o melhor Projeto, se o do PSD, se o do Governo, se o do PS.

Deputado Francisco César (PS): O diploma está aprovado, está em vigor!

O Orador: Agora os senhores não querem discutir, os senhores não admitem que este Projeto até possa ser complementar do vosso, até possa ajudar mais os trabalhadores, porque das vossas medidas até hoje não foi criado um único posto de trabalho, um único posto de trabalho nos 43 dias que os senhores anunciaram.

Portanto era emergente, era urgente, era fundamental discutir-se essa matéria, hoje aqui num debate frontal e direto de discussão de ideias e aí sim íamos ver. Agora, o que se revela é que os senhores não querem discutir, por isso votaram contra porque não têm capacidade para o discutir hoje aqui.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Simplesmente fazer uma declaração de voto para dizer que o PSD Açores tinha anunciado já há algum tempo, nomeadamente no seu Congresso, no início de janeiro, que iria apresentar um diploma preocupado essencialmente com o

desemprego e até com a parte mais dramática do desemprego, das famílias insolventes, iríamos apresentá-lo antes do Plenário de fevereiro. Cumprimo-lo, estávamos aqui prontos para o discutir.

Achamos que apresentámos um diploma com qualidade, com muita consistência técnica, com bons objetivos políticos e com objetivos que são prementes de tentar alcançar soluções para os problemas que temos em relação aos desempregados.

Deputado Berto Messias (PS): Elogio em causa própria é demérito, Sr. Deputado, nunca ouviu?

O Orador: Entretanto foi entendimento da maioria chumbar a urgência. Há todos os dias mais pessoas a cair no desemprego. Esperemos que até à sua discussão se consiga de alguma forma conter os efeitos negativos do que se está a passar na sociedade açoriana e que depois este contributo possa ser, de qualquer modo, no tempo que o PS assim o entender, aproveitado, porque ele é, pela nossa parte, um contributo pela positiva, para tentar resolver problemas de muitos açorianos.

Como já dissemos mais do que uma vez, mais importante agora do que saber quem é o responsável por termos chegado a esta situação, até porque sabemos bem a situação a que chegámos, mais importante do que isso, é apresentar soluções para as famílias, para as pessoas que estão a sofrer.

Foi com esse objetivo que tentámos apresentar o melhor diploma possível, o mais abrangente possível e o mais objetivo possível para resolver as situações em concreto, as mais dramáticas.

Não foi esse o entendimento do PS. Vamos naturalmente continuar pela positiva a tentar encontrar soluções para os problemas que existem, boa parte dos quais são provenientes de quem hoje chumbou esta proposta.

Deputados António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto, vamos passar então para o ponto 18 da agenda da reunião: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do**

Projeto de Resolução – “bolsas de investigação científica”, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda”.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Eu acrescentarei poucas mais considerações àquela que faz parte do próprio diploma e que justifica o nosso pedido de urgência.

Primeira delas, são as declarações públicas do Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura, que colocam em causa o cumprimento por parte da Região, dos contratos com os bolseiros de doutoramento e de pós doutoramento.

Declarações estas, devemos agora acrescentar, suficientemente contraditórias para se transformarem numa pequena trapalhada em que neste momento ninguém e muito menos os bolseiros, que são as pessoas que aqui estão em questão sabem exatamente com o que é que podem contar.

Era bom que com urgência lhes fosse dada uma resposta definitiva.

Considerando, portanto, a instabilidade que esta situação de trapalhada e de pouca clareza provoca em dezenas de bolseiros;

Considerando que por exemplo o pagamento das propinas, que estava assegurado por contrato estão agora sob uma interrogação e sob uma consulta jurídica, quanto à obrigatoriedade da Região honrar, tal como tem feito e de acordo com o contrato que tem estabelecido, as propinas já deveriam ter sido pagas no mês de janeiro, o que faz com que hajam bolseiros neste momento numa situação de incumprimento face à instituição onde estão a desenvolver a sua investigação:

Por todas estas razões Sras. e Srs. Deputados, pensamos que importa que rapidamente seja reposta a calma, a estabilidade, a legalidade e também e sobretudo a manifestação de apreço, por quem todos os dias e em troca de muito pouco, contribui à sua medida e de acordo com as suas competências para o desenvolvimento e para o progresso desta Região.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

O PSD considera que esta matéria é pertinente e assume um carácter urgente.

Está em causa um conjunto de pressupostos, sobre a atribuição de bolsas de investigação, no âmbito do doutoramento e pós doutoramento, atribuída no ano transato.

A verdade é que o Governo Regional já esclareceu alguns desses pressupostos em Comissão, designadamente no que se refere aos contratos que não são para terminar, mas mantêm-se outros pressupostos como a questão do pagamento das propinas que o Projeto faz referência e que é de toda a legitimidade e o PSD assim o considera, que se deve manter o hábito tradicional e ao qual os bolseiros se candidataram também neste âmbito que é efetivamente o Fundo Regional da Ciência pagar essas propinas.

Nesse sentido e para não protelar mais o assunto, para dar estabilidade aos bolseiros e à própria investigação que é tão importante para os Açores, o PSD vai votar favoravelmente a urgência.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente este pedido de urgência, até porque a forma abrupta como o Governo Regional, resolveu alterar a meio de um contrato que tinha com os bolseiros, leva à necessidade deste Parlamento repor a legalidade, porque de facto trata-se aqui de um problema de legalidade que é o não cumprimento, por parte do Governo Regional, daquilo que contratualizou com os bolseiros.

Esta iniciativa do BE merece ser discutida hoje, para que se clarifiquem aqui posições e sobretudo para que se reponha a legalidade.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Se efetivamente não aprovarmos aqui esta urgência e discutirmos este assunto hoje, quando ele ficar aprovado, estaremos a um semestre do ano letivo, do ano de investigação e a metade do primeiro ano das bolsas e do pagamento das propinas.

A questão destas bolsas, de facto levanta urgência, na medida em que os bolseiros, ao contrário de pessoas que estão em contratos de trabalho a termo incerto, e que têm uma situação estabilizada permanente, deixaram de fazer outras atividades para assumirem as bolsas e o seu trabalho de investigação.

Fazem-no com base nos princípios, com base nas regras que vigoravam à data que assinavam isto.

Fazem-no com base nos pressupostos que vigoravam naquela data, concretamente o de terem um apoio para as propinas e terem suas bolsas nos termos em que assinaram o contrato.

Não se pode agora argumentar que é necessário fazer um ajuste e que também os bolseiros devem fazer um sacrifício pelo esforço regional e nacional da crise. Aliás ontem disse, e volto a referir, isto é o PS, o Governo Regional, a chamar diretamente a Troika para os Açores, sem passar pelo Governo da República: não se pode fazer esse pedido porque efetivamente há esta diferença de situação. A bolsa tem um prazo limitado e veio substituir, como referi, em muitas situações postos de trabalho, outras atividades e veio inclusive levar a que alguns bolseiros que iniciaram a sua investigação este ano, poderiam muito bem ter esperado para o outro ano ou outra altura, quando lhes desse mais certo nas suas vidas e quando fosse financeiramente mais compensador, porque essa parte não se pode descurar.

Assim achamos que há efetivamente urgência disto ser discutido agora, quanto antes, para que os efeitos da Resolução possam fazer-se sentir o mais cedo possível.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

A bancada do PS considera que o que aqui é levantado pelo BE não é urgente na medida em que ainda ontem o Sr. Secretário deu a garantia, em Comissão, que as bolsas iriam ser cumpridas no estrito contrato que estão em vigor.

Há vários normativos legislativos que regulam as várias bolsas atribuídas e não há a questão do perigo, porque nos editais que saem em função do tipo de bolsa está nomeadamente no ponto 7, relativo ao funcionamento. Consoante o tipo de bolsa é dito quais dos itens do regulamento das bolsas que estão passíveis de acontecer, ou seja, que podem incluir ou não a propina.

Neste momento todas as bolsas que estão contratualizadas não estão em perigo, foi isso que nos assegurou ontem o Sr. Secretário, foi isso que ele disse em Comissão.

A única coisa que esse Projeto tem de novo e não existe aqui, que não esteja a ser cumprido na Região, é na sua parte resolutiva o ponto 2, dum regime compensatório para os bolseiros da FCT que estejam a desenvolver o seu trabalho de investigação na Região Açores.

Portanto, é uma coisa de facto nova, mas há que ponderar e há que analisá-la em Comissão, se se justifica que os bolseiros da FCT possam ter ou não outro tipo de subsídios.

O regulamento das bolsas a ser revisto, como parece intenção da parte do Governo, é uma oportunidade que teremos de ver esclarecido, na medida em que o Governo vai fazer isso em Comissão, ao analisarmos esse documento da Comissão dos Assuntos Sociais.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Considero que o Parlamento deve ser uma caixa-de-ressonância daquelas que são as preocupações de cidadania das pessoas e das instituições e que devemos dar uma resposta célere a essas questões que nos são levantadas e que são levantadas pela sociedade.

Portanto, este tem sido um tema que tem vindo a ser debatido ao longo destes dias e o parlamento o que deve fazer é agir e ter oportunidade de agir em termos de discussão e confrontar o Governo Regional ou os partidos políticos entre si para que possam explicar o posicionamento político de cada um.

Portanto, nesta questão mais uma vez eu considero que é fundamental e que se justifica plenamente a urgência.

Esta é uma questão que tem sido debatida. É fundamental que seja de facto clarificada neste parlamento e impedir que esta urgência seja aprovada, significa que alguém não quer o debate político, alguém não quer assumir responsabilidades políticas e foge ao debate político.

A urgência apenas permite a discussão. Na discussão aqueles que estão convencidos que não faz sentido, apresentarão os seus argumentos, os outros apresentarão os argumentos contrários.

Mas há uma coisa fundamental em democracia, que permite a discussão de assuntos como este, que é um assunto com uma maior atualidade.

Mais, considero que fragiliza o Parlamento o facto de uma instituição como o Parlamento não criar, no âmbito do Plenário, um espaço de discussão.

Estes investigadores, estes bolseiros o que dirão do parlamento dos Açores?

Nós estamos aqui preocupadíssimos, já reunimos com o Governo, queremos respostas sobre esta questão. De todas as instituições têm resposta, menos do Parlamento dos Açores, que se recusa a discutir esta questão.

Acho isto absolutamente incompreensível e politicamente muito penalizador, para quem adota uma posição política destas.

Mais, termino Sra. Presidente, dizendo que de facto em relação a esta urgência, é necessário dizer aqui, nem pouco mais ou menos

(eu estive presente na Comissão), ficou definido o pagamento das bolsas, o pagamento das propinas, conforme respetivo regulamento. Nem pouco mais ou

menos isto ficou definido, ficou clarificado e quem assim pensa deveria ter o ónus de explicar neste parlamento e de provar no âmbito do debate que aqui se teria que realizar.

Este é o funcionamento democrático normal.

Esta questão fica impedida de ser discutida. Mais uma vez o parlamento fica coartado de dar e tomar uma decisão política sobre esta matéria porque não permitem sequer que essa questão se discuta.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Uma declaração de voto para dizer que é exatamente porque queremos debater esta questão com outra profundidade e porque a parte que era urgente está esclarecida, contrariamente ao que aqui foi dito por alguns dos Srs. Deputados que intervieram nessa matéria.

A parte do montante da bolsa nunca esteve em causa, é preciso que isto fique muito claro.

O que esteve em causa ou o que pode ter gerado alguma confusão devido aos tipos de bolsa e aos despachos normativos que regulam as mesmas, pode ter sido a questão das propinas, e não as bolsas em si. É preciso que isto fique claro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é verdade! É preciso ter descaramento!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: Outra coisa que acho que é preciso que fique claro é que foi o Parlamento que criou as comissões permanentes que existem.

As comissões permanentes existem, exatamente para que as questões funcionem e sejam debatidas com outra profundidade, com outro tempo, noutro espaço e que aqui depois seja feito o debate final.

Portanto, não é verdade que alguém está a fugir ao debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é veto de Comissão!

A Oradora: Não é verdade que o parlamento não quer debater.

As comissões foram criadas por este Plenário e funcionam paralelamente com a mesma legitimidade deste Plenário.

Portanto, para dizer que não está em causa, nem uma coisa, nem outra, nem relativamente ao financiamento das bolsas, nem ao pagamento das bolsas, muito menos a falta de legitimidade e de vontade de debater aqui ou nas comissões.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Não vou aproveitar o pretexto desta declaração de voto para tecer considerações sobre o conteúdo do nosso Projeto de Resolução, nem sobre a apreciação da sua urgência feita pelas diferentes bancadas.

Mas quero dizer duas ou três coisas nesta declaração de voto.

A primeira é desde logo esta: se isto não é urgente, então Sras. e Srs. Deputados o que é que é urgente nesta câmara?

Não vale a pena dizer que eventualmente pagar ou não as propinas é que está em causa. Não é verdade!

Quando o Governo Regional, pela boca do Sr. Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura, diz que (e cito) “não estamos amarrados a contratos”, aquilo que o Sr. Secretário está a dizer é que eles poderão vir a ser ou não cumpridos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto é que é urgente esclarecer.

Ou seja, é legítimo concluir que a ligeireza com que o Governo Regional rasga contratos com fracos, que é o caso dos bolseiros, não é igual à recusa em rasgar e renegociar e rever contratos com os fortes, como é o caso das Parcerias Público Privadas na Região. Dois pesos, duas medidas.

Portanto ficámos a saber que jovens, altamente qualificados e a trabalhar na Região, para a Região e para aumentar a sua qualificação, são tratados pelo Governo Regional como descartáveis, pior, como fonte de custos insuportáveis. Nós perguntamos: onde ficam então as boas intenções de inovação, criatividade, produção de conhecimento ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Perguntou quando? Não foi ontem em Comissão!

A Oradora: Em resumo: futuro desenvolvimento e progresso para a Região que a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, tantas vezes refere no seu conteúdo?

Para concluir, Sra. Presidente, as contradições do Partido Socialista nesta como noutras matérias, começam a ser cada vez mais evidentes.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

De facto este assunto é urgente.

É urgente porque ontem durante a Comissão de Assuntos Sociais, na audição ao Secretário Regional da Educação e Cultura, a pedido do PSD, ficou claro que era entendimento do Governo Regional, que o pagamento das propinas não está contratualizado por isso, o Governo Regional decidiu que não vai pagar as propinas. Isto ficou perfeitamente claro.

Ora bem, há aqui uma questão que é a seguinte: quer o Regulamento de 2007, quer o de 2011, referem-se ao pagamento de propinas: o de 2007 diz que

podem, o de 2011 é claro “o pagamento da inscrição, matrícula ou propinas, relativos às bolsas de doutoramento”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E os editais?

O Orador: Portanto era necessário esclarecer isto até porque o Governo Regional ao rasgar efetivamente este contrato, este princípio, está a infringir uma coisa que está aprovada por esta Assembleia.

Portanto a urgência estava mais do que justificada.

Neste caso aqui o que se trata efetivamente é de cumprir um regulamento que foi feito pelo próprio Governo Regional e que o Governo Regional agora, através do Secretário Regional da Educação e Cultura, não está a cumprir, lesando os bolseiros de investigação científica da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

O atirar deste Projeto de Resolução para a Comissão que tem objetivos muito simples, mas objetivamente muito simples, é um romper do entendimento que existia entre a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e os bolseiros de doutoramento.

Tão simples quanto isto.

O eventual pagamento de 2 500 euros, por parte dos bolseiros, é um grande golpe, uma quebra no financiamento do Fundo Regional da Ciência aos alunos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor disse roubo?

O Orador: O PSD entende que não há nada para analisar, nem nada para debater, há tão simplesmente para cumprir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que há que fazer é cumprir o que foi estabelecido. Não há mais nada para fazer.

Portanto, esse Projeto de Resolução traz a grandeza de fazer cumprir aquilo que foi anunciado antes das eleições e que criaram otimismo, criaram grandes

expetativas, ao passar de 20 para 60 as bolsas. Apostaram na investigação para depois das eleições dar o dito por não dito, dizer que não foi bem assim, para atirar a ciência ao chão, desprezar a investigação.

Isso não se faz à investigação, isso não se faz ao mérito dos investigadores. Isso não se faz à Universidade dos Açores. Portanto, o que está aqui em causa é tão simplesmente cumprir o que foi estabelecido. É de elementar justiça.

Deputado Luis Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

O que me apetecia agora era cantar aqui um “Grândola Vila Morena”, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Canta Muito mal!

O Orador: ... mas não o vou fazer Sra. Presidente, não fique preocupada.

Apetece-me cantar um “Grândola Vila Morena”, porque foi impedido aqui discutir a questão do desemprego, politicamente. Foi aqui impedida a capacidade de discutir politicamente bolsas de investigação científica. O Parlamento foi coartado, foi silenciado em questões que são fundamentais.

O debate político sobre estas questões era fundamental.

Deputado Francisco Coelho (PS): Leia o Regimento!

O Orador: O debate político era uma resposta à sociedade que exige que essas questões sejam discutidas.

Meus, senhores o parlamento foi silenciado, não tivemos a liberdade de discutir, não tivemos a responsabilidade de discutir ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... questões prementes como o desemprego, questões como a bolsa.

Por isso meus senhores, eu digo-vos, era isso que me apetecia cantar aqui o “Grândola Vila Morena”.

A liberdade do Parlamento dos Açores foi hoje coartada, vergonhosamente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Cante o Acordar!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também vai cantar a “Grândola”?

O Orador: Talvez! Talvez!

Fariamos aqui um coro da “Grândola Vila Morena”, mas não vai ser o caso.

O PS, negando aqui esta urgência vem apenas confirmar o seguinte: que efetivamente o que o Governo Regional está a fazer é faltar aos compromissos assumidos quando assinou estes contratos com os bolseiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que o PS está a fazer é a fugir a esse compromisso por força de uma única coisa: uma restrição orçamental, querendo reduzir o pagamento que fazia antes às propinas, querendo retirá-las. Facto esse afirmado esta semana em sede de comissão pelo Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura. Portanto este aspeto é que merece ser debatido aqui urgentemente. Merecia ter sido debatido aqui, agora.

Não foi, porque o PS está mais preocupado em trazer a crise para os Açores, em pôr a crise nos Açores, do que em debater estes assuntos que efetivamente são da maior urgência, na medida em que o PS, através do Governo Regional, falta aos compromissos assumidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Catarina Furtado pede a palavra para?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Uma interpelação para pedir autorização à Sra. Presidente para lhe fazer chegar os editais que têm a abertura de concurso para vários tipos de bolsa, em que é dito claramente “o financiamento da bolsa incluirá componentes referidas nas alíneas a), c) e d), do artº. 23º. do Despacho Normativo 77”. No outro diz que “incluirá componentes referentes no artigo 23º. do Despacho Normativo”.

Para ver se os Srs. Deputados que me antecederam compreendem que esse compromisso da parte das propinas, varia em função do tipo das bolsas.

Não posso deixar de dizer que ninguém silenciou o Parlamento.

Se o Sr. Deputado Paulo Estêvão acha que silenciou o Parlamento e lhe apetece cantar “A Grândola”, foi apenas porque considera que perdeu todos os debates esta semana em que interveio.

Presidente: Sra. Deputada, faça chegar à Mesa os documentos.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não pode!

Presidente: Um protesto a ...

Deputado Berto Messias (PS): Um protesto às afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando disse que ...

Presidente: Não pode protestar a uma declaração de voto Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe...

Presidente: Não pode fazer um protesto a uma declaração de voto.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que o PS, com esta postura estava a silenciar o Parlamento e eu gostaria de protestar tendo em conta essa afirmação.

Presidente: Mas o Regimento não lhe permite fazer um protesto a uma declaração de voto.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não estou a protestar contra a declaração de voto. Eu estou a protestar a afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando disse que o PS estava a silenciar o Parlamento com esta votação.

Mas acato a sua decisão.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, encerrámos aqui este ponto da agenda.

Vamos avançar para o ponto 20 da nossa agenda:

A mesa admitiu um Pedido de Urgência e dispensa de exame em comissão subscrito por todos os partidos com assento neste Parlamento sobre “**Aplicação da redução fiscal consagrada constitucional e legalmente à Região Autónoma dos Açores à sobretaxa em sede de IRS**”.

Conforme acordado em Conferência de Líderes, não vai haver apresentação nem discussão sobre o pedido de urgência, nem sobre o Projeto de Resolução, pelo que passo de imediato à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sendo assim, estamos em condições de proceder de imediato à votação do Projeto de Resolução, subscrito por todos os partidos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Passamos então para o ponto 22 da Agenda da Reunião **Proposta de Resolução n.º 1/X - Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Este Orçamento foi elaborado pelos serviços da Assembleia, tendo sido posteriormente aprovado pela Mesa e sujeito à apreciação da Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares.

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Não havendo intervenções, passemos de imediato à sua votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Passamos então para o ponto 23 - **Pedido de autorização para o Sr. Deputado José António Vieira da Silva Contente prestar depoimento, no âmbito da auditoria realizada à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.**

O relatório foi distribuído pelo que passemos à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então para o último ponto da agenda de trabalhos: **Pedido de autorização para a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento, no âmbito da ação de Processo Sumário n.º 3287/11.0TBPDL, que corre termos junto do 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.**

O relatório foi também distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados, pelo que podemos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Terminámos a agenda de trabalhos para este período legislativo.

Passo a ler a Proposta de Deliberação final: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro”.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada com os votos a favor do PS, PSD, CDS/PP, BE, PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Estão concluídos os nossos trabalhos.

Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 16 horas e 43 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

Paulo Alexandre Vieira Borges

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1- Projeto de Lei:

Assunto: Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos

diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro -n.º 348/XII - n.º 20/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 15

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 07;

Assunto: Prorrogação do prazo para a obtenção do reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou fluviáveis (primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos – 349/XII - n.º 21/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 07;

Assunto: Procede à sétima alteração da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e altera o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. – n.º 351/XII - - n.º 22/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 15

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 07.

2 - Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e os requisitos de acesso e exercício da atividade das Entidades Inspetoras de Instalações de Elevação e dos seus profissionais, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março,

e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - PCM (MEE) - (Reg. PL 52/2013) – n.º 13/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 02 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 01.

3 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013](#) – n.º 3/X

Autor: Governo

Data entrada: 2013– 02 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-03-14;

Assunto: [Plano Anual Regional para 2013](#) – n.º 4/X

Autor: Governo

Data entrada: 2013– 02 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-03-14;

Assunto: [Orientações de Médio Prazo 2013-2016](#) - n.º 5/X

Autor: Governo

Data entrada: 2013– 02 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-03-14.

Assunto: Aditamento ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário - n.º 7/X

Autor: Governo

Data entrada: 2013-02-21

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03-13.

4 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Estudo sobre as potencialidades da Base das Lajes](#) - n.º 19/X

Autor: PSD

Data entrada: 2013-02-18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-03-20.

Assunto: [Projeto de Resolução – “Bolsas de Investigação Científica”](#) n.º 20/X

Autor: BE

Data entrada: 2013-02-20

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Projeto de Resolução – Aplicação da redução fiscal consagrada constitucional e legalmente à Região Autónoma dos Açores à sobretaxa em sede de IRS](#) – n.º 21/X

Autores: PS, PSD, BE, PCP e PPM

Data entrada: 2013-02-22

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão

5 - Anteproposta de Lei:

Assunto: [Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são](#)

compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos - n.º 2/X

Autor: BE

Entrada: 2013 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 15.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a cancelar a Pergunta com resposta escrita transformada em pergunta oral ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA, conteúdo do requerimento n.º 15/X "Unidade de Saúde da Ilha do Corvo - 2"

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 02 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Bolsas de Investigação Científica

Autora: BE

Data entrada: 2013 – 02 – 20

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: Ofício a solicitar autorização para a Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento no âmbito da ação de processo sumário n.º 3287/11. 0TBPDL, que corre termos junto do 3.º juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada

Autor: Tribunal Judicial de Ponta Delgada

Data entrada: 2013 – 02 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Assunto: Ofício a solicitar o Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – Aplicação da redução fiscal consagrada constitucional e legalmente à Região Autónoma dos Açores à sobretaxa em sede de IRS

Autores: PS, PSD, BE, PCP e PPM

Data entrada: 2013 – 02 – 22

7 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para a Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento no âmbito da ação de processo sumário n.º 3287/11. 0TBPDL, que corre termos junto do 3.º juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada](#)

Comissão: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.21.

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.02.15;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “procede à definição do regime jurídico da prevenção e proteção contra o tráfico das Novas substâncias Psicoativas”.](#)

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.02.21;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.18.

8 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Sessão Plenária n.ºs 7, 8, 9 e 10, bem como as Separatas n.ºs 3 e 4/X.

—

P'la redatora, *Noélia Escobar*